

**Sandra Veríssimo Simões**

**REORGANIZAÇÃO SUFIXAL NO  
PORTUGUÊS ARCAICO**

**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

**2010**



**Sandra Veríssimo Simões**

**REORGANIZAÇÃO SUFIXAL NO  
PORTUGUÊS ARCAICO**

Dissertação de Mestrado em *Linguística: Investigação e Ensino*, área de especialização em Morfologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sob a orientação da Professora Doutora Graça Maria Oliveira Silva Rio-Torto

**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

**2010**

## **Agradecimentos**

Gostaria de deixar um agradecimento muito especial à Professora Doutora Graça Rio-Torto pela orientação exemplar e por todo o empenho que desde sempre manifestou, sem o qual este trabalho não teria existido.

Agradeço a confiança que em mim depositou desde o primeiro momento, o incentivo, a paciência e o interesse que sempre demonstrou.

Agradeço a amizade, a generosidade e a disponibilidade incansável que me dispensou durante todas as fases deste projecto.

Agradeço a orientação atenta e estimulante, a partilha do saber, todas as indicações e sugestões, e toda a aprendizagem que me proporcionou.

Por tudo isto e muito mais, a minha profunda gratidão.

Aos colegas e amigos agradeço o estímulo, a amizade e o espírito de entreaajuda.

Aos meus pais e irmão agradeço a presença, o apoio e a força que sempre manifestaram para a execução deste trabalho.

Ao meu companheiro agradeço a compreensão, o encorajamento, a extraordinária paciência e as muitas horas perdidas, dedicadas a “technicalities”.

Agradeço ainda a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a conclusão desta dissertação.

## Resumo

A presente dissertação insere-se no âmbito da Morfologia Histórica, com enfoque especial num paradigma sufixal do português arcaico (sécs. XIII a XVI): o da formação de *nomina actionis* deverbais. Através da análise evolutiva de um grupo de unidades corradicais – *governação, governança, governo, governmento* – representativo dos sufixos desse paradigma, pretende-se, por um lado, contribuir para a periodização do fenómeno da reorganização do paradigma sufixal formador de *nomina actionis* deverbais, e, por outro, identificar as motivações que terão conduzido a essa mudança.

O *corpus* recolhido é constituído pela totalidade de ocorrências das quatro unidades lexicais num conjunto de documentos tipologicamente diversificados do período arcaico. A análise dos dados empíricos é levada a cabo sob três diferentes abordagens – interna, cognitiva e sociolinguística - favorecendo uma perspetivação causal multidimensional da evolução linguística.

No que diz respeito à periodização, conclui-se que a reorganização sufixal deste grupo de unidades, embora não fique resolvida neste período (sécs. XIII - XVI), tem início e começa a delinear-se no português arcaico.

Relativamente às causas da mudança ocorrida no grupo sufixal em análise, verifica-se que existe uma articulação entre as diferentes motivações frequentemente apontadas como causadoras de mudança linguística, nomeadamente os factores internos de simplificação sistémica e de preferência pela transparência formal, semântica e relacional; os factores cognitivos de saliência e percepção; e os factores sociolinguísticos de consciência linguística e de prestígio/estigma linguístico.

**Palavras-chave:** formação de palavras; mudança linguística; operadores sufixais; regras de formação de palavras; reorganização do paradigma sufixal.

## Abstract

This dissertation is in the field of Historical Morphology, with a special focus on the suffix paradigm forming deverbally eventive nouns, for the period between the 13th and 16th centuries. The evolution of a group of words with the same root, – *governança*, *governança*, *governo*, *governo* – which is representative of the suffixes forming part of the above mentioned paradigm, will be analysed with the objective of both contributing to the periodisation of the paradigmatic reorganization and identifying the causes that led to the changes verified.

The corpus used in this study is the total number of occurrences of the four lexical units in a group of typologically diverse documents from the 13th to the 16th century. The analysis of the data is carried out from three different perspectives – internal, cognitive and sociolinguistic – thus defending a multidimensional approach to the study of the causes for language evolution.

As far as periodisation is concerned, it is concluded that the suffix paradigm's reorganization mirrored in these units does not finish within the stated period, but has its beginning and starts to develop during this period.

As for the causes of the change that occurred within the suffix group analysed, we identify the interconnection between the different motivations frequently associated with language change, such as the internal factors of system simplification and preference for formal, semantic and relational transparency, cognitive factors of salience and perception, and sociolinguistic factors of linguistic awareness and linguistic prestige/stigma.

**Keywords:** word formation, linguistic change, suffixes, word formation rules, reorganization of the suffix paradigm.



---

<b>5. – Motivações sociolinguísticas para a mudança</b>	45
5.1. – Enquadramento teórico	45
5.2. – Análise das unidades corradicais	47
5.3. – Conclusões	51
<b>6. – Conclusão</b>	54
<b>Bibliografia</b>	58
<b>Anexo I</b>	64
<b>Anexo II</b>	67

## Capítulo 1.

### Introdução

A questão da periodização linguística do português e as mudanças que dela são reflexo tem sido, no âmbito dos estudos de Linguística Histórica, alvo de elevado interesse e investigação (Cardeira, 2005; Castro, 1993; Maia, 1994, 1995; Mattos e Silva, 2006, 2008). No período compreendido entre finais do século XIII e inícios do século XVI, foram identificadas algumas mudanças em curso, sobretudo de natureza morfológica e fonológica<sup>1</sup>, que permitiram delimitar a passagem do período do português arcaico para o período do português moderno (Maia, 1995: 27-28). A nível morfológico, alguns autores têm situado neste período basilar da língua portuguesa outra mudança importante: a reorganização e regularização de paradigmas morfológicos, nomeadamente o paradigma sufixal (Caetano, 2002, 2003, 2008; Castro, 1993; Rio-Torto, 2008, 2009; Viaro, 2003). O presente trabalho enquadra-se nesta problemática e tem dois objectivos fundamentais. Por um lado, pretende fazer o acompanhamento diacrónico de um conjunto de variantes sufixais do mesmo paradigma com base em [govern]<sub>v</sub> – *governação, governança, governo, governo* - com o intuito de contribuir para a periodização do fenómeno de reorganização do paradigma sufixal em operação na formação de nomes de acção deverbais. Por outro lado, e através da análise de um *corpus* de ocorrências deste conjunto corradical no período arcaico, procurar identificar as causas para a mudança que se verificou ao nível das estruturas afixais disponíveis para a manifestação do mesmo valor semântico-derivacional, a eventividade verbal, e todos os sentidos com esta conexos. Essa análise terá por base três diferentes abordagens – interna, cognitiva e sociolinguística – e será desenvolvida em articulação com o fenómeno mais alargado de reorganização sufixal, defendendo-se deste modo a importância de uma análise multidisciplinar nos estudos de mudança linguística.

Depois de uma breve reflexão sobre os estudos de variação e mudança em 1.1., proceder-se-á neste capítulo introdutório à explicação da escolha do conjunto corradical que aqui se propõe analisar e das abordagens de análise para o presente trabalho, bem como o método utilizado e o *corpus* recolhido.

---

<sup>1</sup> Cf. secção 1.3.2.

### 1.1. - Mudança e variação

Os estudos de variação e mudança têm tido, ao longo da história da Linguística, um grau maior ou menor de importância consoante a corrente teórica em vigor, e actualmente assiste-se a um renovado interesse por esta vertente de análise, tendência que se verifica também no estudo do português (Brocardo, 1995, 2008; Caetano, 2002, 2003, 2008; Carneira, 2005; Maia, 1986, 1994; Mattos e Silva, 2006, 2008; Rio-Torto, 1996, 2009; Viaro, 2003, 2010).

Inicialmente, os estudos diacrónicos de variação e mudança preocuparam-se sobretudo com uma questão fundamental: como ocorre a mudança? Que processos conduzem à mudança das formas linguísticas? Estas questões levaram à identificação de vários mecanismos através dos quais as unidades sofrem alterações ao longo dos tempos, por exemplo os processos lexicais de gramaticalização ou de especialização. Além disso, verificou-se também que a mudança não é um fenómeno súbito, ela passa por diversas etapas até se estabelecer na língua. Eugénio Coseriu, na sua obra *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio linguístico* (1958), tece algumas considerações sobre a mudança linguística e identifica as diferentes fases do processo. A primeira etapa que o autor refere é a *inovação*, o surgimento de uma forma linguística que se afasta dos modelos existentes e que vai coexistir com a forma atestada. A inovação pode surgir de várias formas: pode envolver uma criação, um empréstimo, uma supressão, etc.. Depois da primeira fase em que se dá o surgimento de um neologismo, segue-se a *difusão*, a utilização generalizada dessa novidade. Durante a etapa de difusão, as duas formas coexistem até que uma delas seja escolhida - *selecção*. O acto de selecção é um acto deliberado e está ligado a questões de prestígio linguístico. Por fim, o processo de mudança pode considerar-se terminado quando se dá a *adopção* da inovação por todos falantes, e quando esta é aceite pelo ouvinte (Coseriu, 1979 [1958]: 71-89).

Na obra supracitada, para além da identificação das fases da mudança, Coseriu abordou ainda a questão das causas da mudança linguística. Segundo o autor, «os factores da “mudança linguística” existem na própria língua» (Coseriu, 1979 [1958]: 102), pelo que não podem ser tidos como “causas” mas sim como “condicionamentos” ou “determinações”. Todavia, estudos mais recentes vêm evidenciar a importância também dos factores externos na mudança linguística, nomeadamente factores de ordem cognitiva (Geeraerts, 1997, 2006; Silva, 1996, 1999) e de ordem social (Labov, 1983,

1994; Romaine, 1982). Actualmente, a questão mais importante para os estudos de mudança linguística já não passa por saber “como” esta se processa mas sim “porquê”: porque ocorre determinada mudança em determinado contexto? Que factores influenciaram o surgimento de determinada mudança?

Os factores que actuam sobre os fenómenos de mudança podem ser de vária ordem: podem ser factores internos, por exemplo condicionamentos linguísticos entre unidades contíguas; factores cognitivos, ligados ao armazenamento e selecção de unidades; factores sociais de prestígio, por exemplo; factores pragmáticos, de intenção comunicativa; factores fonológicos, de facilidade articulatória, etc.

Os estudos diacrónicos que se dedicam à identificação de causas para a mudança linguística tendem a seleccionar uma ou outra abordagem de análise. Neste trabalho será defendida a importância de uma análise multidisciplinar do fenómeno da variação que permita equacionar diferentes problemáticas e perspectivas de análise. Na secção seguinte explicamos a escolha das três abordagens de análise seleccionadas para este estudo.

### *1.2. – Abordagens de análise*

Os estudos linguísticos históricos acarretam diversas dificuldades, nomeadamente no que diz respeito à análise de um *corpus* fragmentário<sup>2</sup>. Visto que os dados disponíveis em estudos históricos são tão limitados, a adopção de uma análise que inclua diversas perspectivas permite uma complementaridade de factores que será útil na identificação de causas para o fenómeno em estudo. Este tipo de análise é mormente relevante no âmbito da Morfologia Derivacional, já que «a formação de palavras desenha-se como um espaço de confluência e interactividade, no qual se identificam diferentes níveis de organização e se reconhece a interacção de diferentes factores e dimensões da língua» (Rio-Torto, 1998: 81).

No planeamento do presente trabalho, três abordagens de análise desde logo se afiguraram como essenciais. A primeira foi a abordagem linguística, uma vez que a escolha de unidades corradicais permite uma análise interna relacional frásica e também paradigmática, tornando possível a observação de possíveis restrições ou combinatórias preferenciais e a análise da dinâmica intra-paradigmática dos sufixos. A segunda

---

<sup>2</sup> Esta questão será tratada mais detalhadamente em 1.3.3.

abordagem escolhida foi a cognitiva. Mais uma vez, o estudo de unidades com a mesma base e variação sufixal isofuncional, articulado com o estudo da evolução de todo o paradigma sufixal, torna perceptível o tratamento cognitivo das unidades no que concerne ao armazenamento das mesmas e à selecção que delas faz o falante, factores de relevância na análise causal desta mudança. Por fim, seleccionou-se ainda a abordagem sociolinguística, que nos pareceu importante tendo em conta os sufixos específicos do conjunto de unidades estudado, aos quais estão ligados juízos de valor que podem ser significativos na explicitação das selecções que foram feitas.

Explicada a escolha de abordagens, passar-se-á à apresentação do *corpus* recolhido.

### 1.3. – *Corpus*

#### 1.3.1. – *Escolha do conjunto corradical*

No período do português arcaico, foram encontrados quatro nomes deverbais corradicais de [govern]<sub>v</sub> sufixados em -*na*, -*mento*, -*ção* e  $\odot$ . Conforme será demonstrado no capítulo 2, estas quatro unidades funcionaram inicialmente como variantes, podendo comutar entre si sem alteração de sentido. Actualmente, a situação destas unidades é bastante diferente: *governação* manteve-se como nome de acção; *governança* tem uma frequência apenas residual, *governo* apresenta uma situação polissémica, sendo essencialmente considerado como nome concreto, e *governamento* desapareceu.

São estas quatro unidades que servirão de base de análise para o presente trabalho, cujo objectivo é analisar quais as causas que levaram à resolução da situação de variação sufixal isofuncional que se verificava nas unidades durante o período do português arcaico. Visto que este conjunto se insere no paradigma sufixal que foi alvo de reorganização durante este período, pretender-se-á também que este estudo seja um “estudo de caso” e que possa ajudar a delimitar temporalmente o fenómeno e procurar causas para a sua ocorrência.

No que toca à etimologia das unidades escolhidas, os dados encontrados nos dicionários etimológicos consultados não são consensuais. Relativamente a *governação*, os dicionários apontam a forma latina *gubernatio*, -*onis*. No entanto, o seu surgimento tardio (no século XV) levanta a possibilidade de este ser já um produto do português. *Governança*, de acordo com o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de

Machado, poderá ser um empréstimo do francês antigo *gouvernance*, embora outros dicionários, nomeadamente o *Diccionario Manual Etymologico da Língua Portuguesa* de Coelho e o Houaiss, o classifiquem como produto sufixado com base em [govern]<sub>v</sub>. A maioria dos dicionários consultados classifica *governo* como regressivo, excepto o *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico* de Corominas, que avança a possibilidade de esta forma ter tido origem na forma do latim antigo *gubernus*. Quanto a *governamento*, apenas o *Diccionario Manual Etymologico da Língua Portuguesa* de Coelho integra esta forma, considerando-a como produto sufixado do português. Não sendo propósito do presente trabalho traçar a origem etimológica dos termos em análise, considerar-se-á que as formas são produtos do português, mas serão feitas alusões às possibilidades supra mencionadas sempre que relevante.

### 1.3.2. – Período de análise

O período do português arcaico foi um período no seio do qual se desenvolveram mudanças significativas na língua portuguesa, tão importantes ao ponto de servirem de marco para a delimitação de dois períodos distintos na história do português. O período da fase arcaica média, compreendido entre finais do século XIV e início do século XVI, foi palco das fases de "selecção" e "mutação" de diversas mudanças linguísticas (Maia, 1994: 40), pelo que, na segunda metade do século XVI, no início do português moderno, a língua portuguesa já apresentava uma configuração bastante diferente<sup>3</sup>. As mudanças verificadas incluem a redução do sistema de quatro sibilantes para duas, a síncope de -d- do morfema verbal de segunda pessoa do plural, a convergência das três terminações nasais -ão, -an e -on em -ão; o estabelecimento do particípio passado da segunda conjugação em -ido; a eliminação de encontros vocálicos resultantes da síncope de algumas consoantes intervocálicas; a ditongação dos plurais das palavras terminadas em -l; a uniformização das formas dos pronomes possessivos femininos; a biformização do género dos nomes terminados em -or, -ol, e -ês; e a regularização dos paradigmas verbais (Maia, 1995: 25-28). A nível morfológico, outras mudanças foram identificadas durante este período, nomeadamente a reorganização do paradigma sufixal deverbal que se traduziu na perda de produtividade de -nça e -mento, e no aumento de produtividade de -ção. Este fenómeno foi identificado por vários gramáticos históricos (Nunes, 1989;

---

<sup>3</sup> Cf. periodização em Maia 1995: 28-29.

Piel, 1940; Said Ali, 1923, 1931) e tem sido retomado na actualidade (Caetano, 2008; Caetano & Brocardo, 2005; Rio-Torto, 2009). Ao proceder à recolha do *corpus* que serviu de base para o presente estudo, verificou-se que este fenómeno linguístico, embora tenha tido o seu início no português arcaico, não teria ficado resolvido neste período, pelo que incluímos documentos também da segunda metade do século XVI por questões de relevância quantitativa. Assim, as fontes documentais de onde foi retirado o *corpus* para este trabalho datam do século XIII até ao final do século XVI. Far-se-á também referência à actualidade sempre que necessário, a título comparativo, embora a análise quantitativa tenha ficado restringida ao período atrás referido. A secção seguinte tratará da selecção das fontes.

### 1.3.3. - Fontes

Nas últimas décadas, os estudos linguísticos históricos, sobretudo no âmbito da Sociolinguística, têm argumentado sobre a questão da fiabilidade das fontes documentais históricas e da validade de uma análise linguística aplicada a *corpora* de fases passadas da língua (Labov, 1971, 1994; Maia, 2002; Romaine, 1982). Para além do problema de representatividade social afecto à Sociolinguística, e sobre o qual trataremos no capítulo 4, existem algumas limitações que devem ser tidas em conta na análise de textos documentais. Um dos problemas que desde logo se coloca é o carácter fragmentário e parcial dos documentos que sobreviveram até aos dias de hoje e que dificulta a contextualização temporal e espacial dos fenómenos linguísticos. Por outro lado, o facto de o texto escrito conter muitas vezes modelos e fórmulas fixas (as quais estão cristalizadas e não são necessariamente representativas da língua oral da época) dificulta a associação entre os textos escritos e a língua oral dos autores e da época em questão (Maia, 2002: 234-235). A limitação talvez mais significativa é justamente o facto de apenas se dispor de material escrito, o que levanta questões de vária ordem. Por um lado, existem «condicionamentos característicos de textos escritos» (Maia 1995: 11), decorrentes de uma forma de expressão reflectida e em certa medida mais formal. Por outro lado, os textos de fases passadas que nos chegam como resultado de cópias manuscritas podem reflectir realidades linguísticas de diferentes épocas.

As limitações acima expostas estão ligadas a um problema essencial para os estudos linguísticos históricos - a relação entre a oralidade e a escrita. Esta é uma questão delicada, pois não sabemos até que ponto a escrita reflecte a língua oral de determinada

época. Para Labov, o problema de ter de inferir a língua falada a partir dos textos escritos traz sérias limitações à análise histórica da mudança. Como os seus estudos de Sociolinguística, e nomeadamente a sua pesquisa na comunidade de falantes de Nova Iorque, se baseiam em grande parte na língua oral, a transposição destes métodos de análise para o estudo de textos escritos pode ser problemática. Suzanne Romaine tem uma opinião diferente. Para Romaine, a oralidade e a escrita são dois meios de expressão da língua que estão ao mesmo nível (ao contrário do afirmado por Labov, para quem a escrita não passa de reflexo da língua oral); assim sendo, à semelhança do que acontece com a oralidade, também a escrita exhibe padrões de variação que lhe são característicos, pelo que é possível aplicar às duas as mesmas técnicas de análise (Romaine, 1982: 14-16).

Parece-nos que a diferença de perspectiva entre estes dois autores relativamente à escrita poderá estar relacionada com a sua área de estudo. Os estudos de Labov apoiam-se sobretudo na variação fonológica, pelo que se entende que o estudo da escrita neste âmbito seja efectuado apenas para inferir características da oralidade. Já as investigações de Romaine se situam no âmbito da variação sintáctica, e esta área é mais propícia a uma análise de textos escritos, sendo que certas estruturas sintácticas serão porventura mais impressivas no texto escrito do que na oralidade.

No estudo morfológico que aqui nos propomos levar a cabo, a questão da formalidade da língua escrita não parece levantar grandes problemas, já que se trata da análise de sufixos, e estes são relevantes em qualquer meio linguístico. No entanto, a transmissão textual dos diferentes documentos poderá dificultar a contextualização temporal do fenómeno de mudança sufixal. Para tentar compensar de certo modo os desafios decorrentes do estudo de fontes documentais históricas, é imprescindível proceder-se à análise de diferentes estilos e tipos textuais, tendo em conta a sua transmissão textual. Romaine reitera a importância de uma análise quantitativa representativa, isto é, que abranja vários tipos de texto, em prosa e verso, criando um contínuo estilístico (Romaine, 1982: 24). Clarinda Maia explica a importância da diversidade da tipologia textual para uma análise representativa da variação (Maia, 1995, 2002), salientando que cada tipo de texto tem características especiais que devem ter tidas em conta na análise - por exemplo, os textos não literários oferecem a vantagem de se poderem mais facilmente localizar no tempo e no espaço; além disso, por não cumprirem uma função estética, poderão estar mais próximos da linguagem oral. Contudo, certos textos não literários seriam mais propícios ao uso de fórmulas,

dificultando neste ponto a delimitação temporal de dado fenómeno linguístico. Na análise de textos literários, devem ser tidos em conta possíveis erros ou interferências de copistas; por isso, Clarinda Maia realça «a necessidade incontornável de o historiador da língua conhecer o modo de transmissão de cada texto que compõe o “corpus” documental seleccionado» (Maia, 2002: 239), dado que as cópias manuscritas apresentam grande probabilidade de erro ou de alterações dos textos originais, podendo por isso conter realidades linguísticas de diversas épocas.

Tendo em conta todas as limitações apontadas, para este estudo procurou-se seleccionar um conjunto de fontes que fosse representativo da época do português arcaico, tanto quanto possível. Assim, para os quatro séculos do português arcaico, foram analisadas obras de diferentes tipologias textuais, conforme passaremos a explicitar<sup>4</sup>:

#### **- Poesia**

##### Século XIII

Cantigas de Escárnio e Maldizer

##### Séculos XIII/XIV

Cantigas de Escárnio e Maldizer

##### Século XIV

Cantigas de Escárnio e Maldizer

#### **- Prosa literária**

##### Século XIII

Dos Costumes de Santarém

Tempos dos Preitos

##### Séculos XIII/XIV

Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense

##### Século XIV

Afonso X. Prim eyra Partida

Crónica de Afonso X (manuscrito L) in Crónica Geral de Espanha de 1344

Crónica de Afonso X (manuscrito P) in Crónica Geral de Espanha de 1344

Crónica Geral de Espanha de 1344

Dos Costumes de Santarém

##### Século XV

Castelo Perigoso

Crónica do Conde D. Pedro de Meneses

Demanda do Santo Graal

História dos Reis de Portugal in Crónica Geral de Espanha de 1344

Leal Conselheiro

Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela

Orto do Esposo

##### Século XVI

A vida de Frei Bertolameu dos Mártires

Chronica dos Reis de Bisnaga

Décadas

---

<sup>4</sup> A lista de fontes encontra-se no Apêndice I, com indicação das referências bibliográficas de onde foram analisadas.

Vida e Feitos d'el-Rey Dom João Segundo

### - Prosa não literária

#### Século XIII

Documentos Portugueses da Chancelaria de D. Afonso III  
 Foros de Garvão (1267-1280?)  
 Foro Real  
 Notícia de Torto  
 Testamento de D. Afonso II  
 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1262-1300)  
 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1243 e 1274)  
 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1260 e 1300)  
 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1269 e 1300)

#### Século XIV

Foros de Garvão (sem data)  
 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1301-1399)  
 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1304 e 1397)  
 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1309 e 1336)

#### Século XV

Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1401-1497)  
 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1402 e 1499)

#### Século XVI

Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1502-1516)  
 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1504 e 1548)

Visto que não se verificaram ocorrências de *nomina actionis* deverbais corradicais de [govern]<sub>v</sub> em todos os documentos, destacamos na lista seguinte as fontes de onde foram retiradas as ocorrências que formam o *corpus* do presente trabalho, com indicações sobre a transmissão textual das mesmas e com a abreviatura pela qual doravante serão referidas.

Séc. XIII	Foro Real (Tradução)	( <i>F. Real</i> )
Séc. XIV	Crónica de Afonso X (Ms P) (Cópia)	( <i>Cr. Af. X – P</i> )
	Crónica Geral de Espanha (Cópia)	( <i>C. G. Esp.</i> )
	Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1301-1399) (Originais)	( <i>T. Not. Gal.</i> )
Séc. XV	Castelo Perigoso (Tradução)	( <i>Cast. Per.</i> )
	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses (Cópia)	( <i>Cr. P. Meneses</i> )
	Leal Conselheiro (Original. Autor: D. Duarte)	( <i>Leal Cons.</i> )
	Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela (Original. Autor: D. Duarte)	( <i>Livro Ens.</i> )
	Orto do Esposo (Cópia)	( <i>Orto Esp.</i> )

Séc. XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (Original)	( <i>Vida Frei Bert.</i> )
	Chronica dos Reis de Bisnaga (Original)	( <i>Cr. Reis Bis.</i> )
	Décadas (Original)	( <i>Déc.</i> )
	Vida e Feitos d'el-Rey Dom João Segundo (Original)	( <i>Vida e Feitos</i> )

#### 1.3.4. – Metodologia e constituição do corpus

Depois de escolhido o conjunto de unidades corradicais, o período de análise e as diferentes abordagens, seguiu-se a recolha do número máximo possível de ocorrências para cada uma das palavras em análise e dentro do período seleccionado. A recolha incidiu inicialmente sobre os textos do Corpus Informatizado do Português Medieval<sup>5</sup>; porém, dada a escassa quantidade de dados que se conseguiu obter, foi necessário elaborar uma pesquisa por lemas, no Corpus do Português<sup>6</sup>, que abrangesse um universo maior de documentos. Da listagem obtida, procedeu-se à selecção dos documentos disponíveis em formato digital e online e, a partir daí, partiu-se para a verificação de todas as ocorrências nessas fontes documentais. Todos os documentos analisados estão disponíveis online, fazendo parte dos seguintes *corpora*:

- Corpus Histórico do Português Tycho Brahe  
Universidade de São Paulo
- Corpus Electrónico do CELGA - Português do Período Clássico  
Universidade de Coimbra
- Corpus Informatizado do Português Medieval  
Universidade Nova de Lisboa

O *corpus* que serviu de base de análise para a presente dissertação é então constituído pela totalidade de ocorrências de cada uma das variantes sufixais nos documentos seleccionados, e é apresentado no Apêndice II.

A análise do *corpus*, com vista a procurar as motivações que levaram à mudança na selecção das unidades do conjunto corradical aqui em estudo, foi sempre desenvolvida

<sup>5</sup> Corpus Informatizado do Português Medieval, Universidade Nova de Lisboa:  
<http://cipm.fcsh.unl.pt/gencontent.jsp?id=4>

<sup>6</sup> Davies, Mark and Michael Ferreira. (2006-) Corpus do Português (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX). Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>

---

tendo em conta as três perspectivas de análise seleccionadas – a perspectiva interna, cognitiva e sociolinguística – e, sempre que necessário, foram estabelecidos paralelismos com a situação deste grupo de unidades lexicais na actualidade, utilizando para tal informações não só do nosso conhecimento lexical mas também de dicionários do português moderno<sup>7</sup> e de algumas entradas do Corpus do Português.

#### 1.4. – *Estrutura do trabalho*

O capítulo introdutório apresenta a problemática que será abordada nos restantes capítulos da dissertação e explicita questões de balizamento temporal e documental, bem como as metodologias de análise adoptadas.

A partir do segundo capítulo, proceder-se-á à análise efectiva dos dados empíricos, procurando motivações para a mudança do conjunto corradical ao abrigo das três perspectivas de análise. A primeira a ser abordada, já no capítulo 2, é a perspectiva interna. Iniciando com uma breve introdução teórica, segue-se a análise das ocorrências das unidades lexicais com o intuito de identificar motivações puramente linguísticas para a resolução da variação sufixal e para a selecção de que foram alvo estas unidades. Assim, este capítulo procura averiguar se as relações entre as unidades a nível paradigmático e argumental tiveram influência na mudança.

O terceiro capítulo segue a mesma estrutura, mas com uma abordagem cognitiva. Aqui será explorada essencialmente a possibilidade explicativa da Teoria de Prototipicidade para a mudança, fundamentando com os dados empíricos.

O quarto capítulo dá lugar à análise sociolinguística do *corpus*. O enfoque recai sobre as fontes textuais, numa articulação do uso das diferentes unidades com o estatuto social do autor/texto, para a identificação do grau de influência que o prestígio das formas poderá ter tido sobre a mudança a que se assistiu.

O último capítulo tentará articular as conclusões extraídas dos três capítulos anteriores, no âmbito do fenómeno de reorganização do paradigma sufixal, e enfatizar a pertinência de uma abordagem multidisciplinar nos estudos de variação e mudança.

---

<sup>7</sup> Cf. bibliografia.

## Capítulo 2.

### Situação do conjunto corradical no português arcaico

Conforme explicitado no capítulo anterior, o português arcaico foi o período em que teve início uma mudança na disponibilidade das estruturas afixais deverbais formadoras de nomes de acção. O grupo de unidades aqui em análise representa um caso de variação sufixal que poderá ser um reflexo dessa mudança em curso. Este capítulo pretende apresentar as unidades corradicais como variantes e mostrar o seu grau de representatividade durante o português arcaico, contextualizando-as no fenómeno de reorganização dos paradigmas sufixais.

#### 2.1. – Identificação das unidades como variantes

As variantes escolhidas para o presente trabalho inserem-se na Regra de Formação de Palavras RFP ACT, formadora de nomes de evento/estado deverbais parafraseáveis por “acção, processo, estado (decorrente) de V” (Rio-Torto, 1998: 103). No período do português arcaico, a RFP identificada tem em actuação quatro operadores sobre a base [govern]<sub>V</sub>: -mento, -ção, -nça, Ø (postverbal). Os exemplos que se seguem confirmam que estas unidades corradicais são de facto variantes na primeira fase do período arcaico, visto que ocorrem nos mesmos contextos e podem ser comutadas sem que o sentido da frase se altere.

- (1) – “Este rey Vetiza fez, enna igreja de Sam Pedro, que esta fora dos muros de Tolledo, con os bispos e altos homeens do reyno, hu~u~ concelho sobre o regimento e govername~to de seu reyno (...)”<sup>8</sup>
- (2) – “De como o principe ficou em Portugal com a governaçam do reyno (...)”<sup>9</sup>
- (3) – “Do~ Joha~ Afonso d' Alboquerque, neto del rey do~ Denys de Portugal, que era grande senhor e~ Castela, tiinha a governa~ça do reyno.”<sup>10</sup>
- (4) – “Octauo t(itulo) do gou(er)nho dos orpha~os.”<sup>11</sup>

<sup>8</sup> C. G. Esp. (s. XIV), T183, F70c

<sup>9</sup> Vida e Feitos (s. XVI), L1, C9, P042

<sup>10</sup> Cr. Af. X – P (s. XIV), C5, F246v

<sup>11</sup> F. Real (s. XIII), L3, F103r

Como nomes abstractos plenos, estas unidades linguísticas podem ser caracterizadas pelos seguintes traços<sup>12</sup>:

- [+ Abstracto]
- [+ Processual]
- [+ Estrutura Argumental]

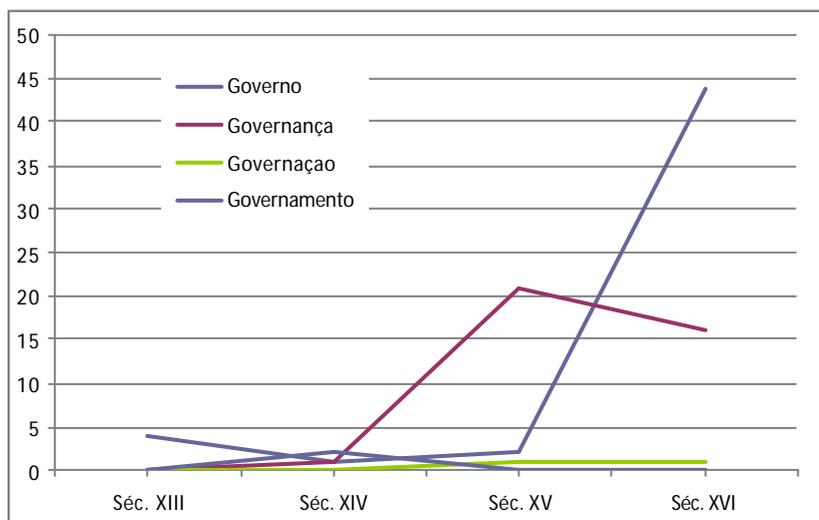
Ao longo do português arcaico e nos períodos que se seguem, as unidades deixarão de ser variantes sufixais isofuncionais: *governo* desaparece, *governança* sobrevive como nome de acção pleno, *governo* sofre especialização e *governança* perde quase totalmente a sua representatividade. Vejamos em seguida o quadro da evolução das unidades no português arcaico no que diz respeito à sua representatividade.

## 2.2. – Frequência de ocorrência

A Figura 2.1. mostra o surgimento e a frequência de ocorrência de cada uma das unidades deste conjunto corradical durante o período estudado. A primeira variante a surgir é *governo*, seguida de *governança* e *governo* no século XIV, e por fim *governança* no século XV.

**Figura 2.1.**

### Frequência de ocorrência das variantes corradicais – valores absolutos



<sup>12</sup> Cf. Rio-Torto, 2001; Grimshaw, 1990.

Nas fontes analisadas, *governo* surge apenas duas vezes no século XIV. *Governança* também tem uma representatividade muito baixa neste período, ocorrendo apenas uma vez no século XV e outra no século XVI. Quanto a *governo* e *governança*, observamos que *governo* começa por ser o mais representado, cedendo lugar a *governança* no século XV mas recuperando a maior representatividade no século XVI. Este gráfico, embora apresente apenas valores quantitativos, consegue já mostrar o rumo que esta situação de variação vai tomar e a forma como se vai resolver. No século XVI já é possível notar o decréscimo de *governança* relativamente a *governo*, e o desaparecimento de *governo*. O período entre o século XVI e o século XX vai ver consolidada esta tendência de decréscimo de ocorrências de *governança*, bem como o aumento de representatividade *governança* a partir do século XIX e seu posterior estabelecimento como nome de acção com base em [govern]v. O aumento de ocorrências de *governo* no final do período arcaico, que continuará até ao século XX, pode induzir a uma análise errada se tivermos em conta apenas os dados quantitativos. De facto, esta palavra sofre um aumento de representatividade, não como nome de acção, mas como nome concreto.

### 2.3. – *Enquadramento no fenómeno de reorganização do paradigma sufixal*

O quadro de representatividade apresentado anteriormente espelha as conclusões já tiradas por vários linguistas no estudo da evolução sufixal deste período. Segundo Maria do Céu Caetano, a evolução dos sufixos deverbais nesta época, e tratando especificamente dos sufixos encontrados nestas variantes, terá passado pela perda de produtividade de -mento em detrimento de -ção, e pela perda de disponibilidade do sufixo -nça, nesta RFP, para formas regressivas (postverbais) e formas com o traço [+latino] (Caetano, 2003, 2008). De facto, os dados recolhidos mostram que *governança* é a forma forte no século XV, perdendo esta posição nos séculos seguintes para a forma postverbal e posteriormente para -ção (forma etimológica). Mário Viaro, no estudo dos sufixos no século XIII (Viaro, 2003), salienta a produtividade de -ança/-ença e de -mento, um sufixo que se encontra neste século menos opaco e mais produtivo do que -ção (-çon), situação que, segundo o autor, se alterará nos séculos seguintes. Mais uma vez, os dados também comprovam a representatividade de *governança*, mas um pouco mais tardiamente, já no século XV. O sufixo -mento não se mostrou muito produtivo

nesta base, embora as conclusões de Mário Viaro relativamente à sua transparência no século XIII possam justificar o surgimento do sufixo nesta base, ainda que de forma muito pouco significativa.

Os capítulos que se seguem tratarão das possíveis motivações que terão levado à mudança deste conjunto particular de variantes sufixais, enquanto enquadrado no fenómeno de reorganização de todo o paradigma. Estes capítulos correspondem à análise efectiva dos dados do *corpus*, e estão divididos nas três diferentes abordagens de análise.

---

## Capítulo 3.

### Motivações internas para a mudança

Este capítulo começará com uma introdução teórica à abordagem interna nos estudos linguísticos, fazendo menção sobretudo às correntes estruturalista e funcionalista. Seguir-se-á a análise empírica dos dados com base nesta perspectiva, procurando no sistema interno de relações paradigmáticas e intrafrásicas alguma motivação que levasse à simplificação deste grupo corradical.

#### 3.1. - Enquadramento teórico

A mudança linguística foi um tópico bastante fecundo no âmbito dos estudos de Linguística Comparativa e entre os Neogramáticos, a quem se deve uma objectivização e regularização dos estudos de mudança. O favorecimento da análise das línguas sob uma perspectiva interna e o interesse pela identificação e fixação de regras, relações e padrões de funcionamento linguístico, como a que se verificou nos estudos da Linguística Comparativa e posteriormente com os Neogramáticos, continua com as investigações dos linguistas do Estruturalismo: com a famosa dicotomia *langue / parole*, Saussure separa definitivamente aquilo que é o sistema intrínseco das línguas e aquilo que é superficial, individual e sujeito a intervenções externas de vária natureza - a fala. A língua, como sistema homogéneo e consistente, seria o único objecto de estudo possível para que no âmbito da Linguística se conseguissem realizar investigações objectivas.

É com os linguistas do Círculo de Praga que as teorias do Estruturalismo são mais amplamente aplicadas, tanto a nível sincrónico como também em estudos diacrónicos. Aceitando a noção de língua como sistema, os linguistas do Círculo de Praga introduzem a noção de funcionalidade: a língua é um sistema que tem como principal função permitir a comunicação entre os indivíduos. Esta nova concepção é importantíssima para a aplicação da análise estrutural interna à diacronia. Se a língua existe com o propósito de permitir a comunicação, então ela tem de mudar ao longo da história para continuar ser optimamente funcional. Se a língua pode ser alvo de uma análise sistemática exclusivamente interna, então também as mudanças nela sofridas o podem ser, pois as mudanças verificadas na língua não são senão alterações internas do

sistema para que este melhor possa cumprir a sua função comunicativa. No fundo, «se as línguas se modificam ao longo dos tempos, veremos que é essencialmente para se adaptarem da maneira mais económica à satisfação das necessidades comunicativas dos grupos que as falam» (Martinet, 1978: 6). André Martinet, nome incontornável da corrente funcionalista, tratou extensamente do estudo da linguagem humana, o qual considerava dever ser desenvolvido de forma científica e descritiva. Reconhecendo a linguagem sobretudo na sua função comunicativa, Martinet não descartou a importância que as influências cognitivas, sociais e biológicas têm sobre o sistema linguístico; no entanto, considerava que estas deveriam ser alvo de análise das ciências correspondentes e não da Linguística. Para a Linguística, apenas interessaria a análise dos factores internos: «O verdadeiro objecto da pesquisa linguística consistirá pois aqui no estudo dos conflitos existentes dentro da língua» (Martinet, 1978: 181). Martinet introduziu na análise linguística a descrição das unidades linguísticas por meio de traços opositivos necessários e suficientes e o estudo das relações entre as unidades a nível paradigmático (as relações entre unidades que pertencem ao mesmo grupo e que se excluem mutuamente em contexto) e sintagmático (as relações entre as unidades co-ocorrentes no discurso). A pressão de optimização funcional exercida sobre estas relações é a causa das mudanças que se verificam na língua. Dedicando-se sobretudo ao estudo da evolução fonológica, Martinet identifica o Princípio de Economia como causa para as mudanças de uma língua. Segundo o autor, a evolução da língua é regida pelo equilíbrio entre as necessidades comunicativas e a inércia natural, a tendência do homem para a lei do menor esforço (Martinet, 1955: 94). Assim, a língua tende a evoluir devido à necessidade de obter um maior rendimento funcional, o que é conseguido através da redução de oposições fracas ou inúteis e da manutenção ou surgimento de oposições mais fortes.

Vários autores se dedicaram a este tipo de análise estrutural das línguas, tanto a nível diacrónico como a nível sincrónico. James Anderson procurou identificar os aspectos estruturais inerentes à mudança linguística e, na introdução da sua obra *Structural Aspects of Language Change* (Anderson, 1973), adverte que uma análise linguística descritiva e funcional não chega para explicar a mudança, pois esta está dependente também de factores extralinguísticos, nomeadamente biológicos, psicológicos e antropológicos, embora esses factores não sejam objecto de estudo da Linguística (tal como defendera Martinet). O autor salienta a importância dos traços distintivos e das relações de oposição entre as unidades linguísticas, e explica que os

factores paradigmáticos podem influenciar a direcção de uma mudança, mas as condições sintagmáticas em que certas unidades se encontram também devem ser tidas em conta (Anderson, 1973: 148-149).

David Cruse (1986) procurou transpor para o âmbito da Semântica a análise linguística estrutural, e propõe um estudo da semântica lexical que passe pela análise das relações reais ou potenciais de uma palavra com outras, defendendo que o significado de uma palavra resulta das relações de afinidade ou não-afinidade dessa palavra com outras, mais uma vez a nível paradigmático e sintagmático (Cruse, 1986: 16).

Para o português, podem mencionar-se as obras de Joaquim Câmara Jr. (1970, 1976). Ao abrigo do defendido pela corrente do Estruturalismo, o autor propõe-se apresentar um estudo estrutural da língua portuguesa e, para tal, procede a um levantamento da estrutura invariável profunda da língua, deixando de lado as «variabilidades superficiais», as quais, segundo o autor, não têm lugar numa gramática descritiva ou sincrónica (Câmara Jr., 1996 [1970]: 17-18).

Como denominadores comuns a todos estes autores, destacam-se a importância dada a uma análise objectiva, a preocupação em descartar do âmbito da Linguística o estudo dos factores extralinguísticos e o interesse pela análise sistémica por traços distintivos, bem como o interesse pelo estudo da rede de relações paradigmáticas e sintagmáticas entre as unidades.

As relações que existem dentro do sistema não têm todas o mesmo peso nem são aleatórias. Embora exista uma infinidade de possibilidades, o sistema dá preferência a determinadas relações em detrimento de outras. No âmbito da Morfologia, mais concretamente no âmbito da formação de palavras que aqui interessa explorar, observa-se que as possibilidades combinatórias para a criação de uma nova palavra são muitas, no entanto «some are more possible than others» (Aronoff, 1976: 35). Mark Aronoff defende a existência de Regras de Formação de Palavras que regem as relações estabelecidas entre bases e afixos na formação de novas palavras e salienta que, embora estas regras sejam opcionais e tenham em operação mais do que um afixo, ou operador, algumas regras são mais produtivas do que outras e alguns operadores são mais produtivos do que outros. Esta selecção não é feita de forma aleatória; existem factores que dão preferência à aplicação de determinados operadores em detrimento de outros. Aronoff destaca os seguintes factores como determinantes para a produtividade (Aronoff, 1976: 38-45):

- Semântica dos produtos. Os operadores que formarem produtos mais coerentes do ponto de vista semântico, ou seja, mais previsíveis tendo em conta a base e o afixo, serão mais produtivos.

- Fonologia. Os operadores que são mais estáveis no seu comportamento relativamente à base são mais produtivos, e aqueles que não alteram a base também tendem a sê-lo.

- Armazenamento no léxico. As palavras que são arbitrárias, aquelas que são excepções às regras, são armazenadas no léxico; os produtos regulares não o são. Quanto mais palavras arbitrárias tiver uma Regra de Formação de Palavras, menos produtiva será.

Também Basílio (1980) evidencia a organização estrutural do léxico, introduzindo a noção de Regras de Análise Estrutural (Basílio, 1980: 49-73). Estas regras analisam as estruturas dos produtos das Regras de Formação de Palavras, e a sua aplicabilidade depende da transparência dos produtos a nível formal e semântico; isto é, quanto mais identificáveis forem a base e o sufixo, mais transparente é o produto e mais aplicável é a Regra de Análise Estrutural.

Em suma, Aronoff e Basílio vão ao encontro das teorias acima descritas ao destacar uma série de condicionamentos que regem as relações entre as unidades, neste caso bases e afixos, e que favorecem a selecção de determinadas operações em detrimento de outras. Na secção seguinte deste capítulo proceder-se-á à análise das relações entre as unidades corradicais a nível paradigmático e intrafrásico/argumental, procurando condicionamentos ou relações favoráveis para a selecção de determinadas unidades em detrimento de outras, com o intuito de verificar se as mudanças verificadas neste conjunto de unidades reflecte uma simplificação sistémica.

### *3.2. - Análise das unidades corradicais*

Começaremos pela identificação das relações paradigmáticas entre as unidades, nomeadamente o grau de transparência fonológica e semântica, as restrições/combinatórias preferenciais que possam existir, bem como a identificação da semântica dos produtos dos sufixos em questão. For fim, proceder-se-á ao estudo das relações argumentais entre as variantes mais representadas e as unidades co-ocorrentes no enunciado, explorando a repercussão dessas relações na semântica das variantes.

### 3.2.1. – *Análise paradigmática*

#### *Transparência*

Ao analisarmos estas unidades lexicais do ponto de vista formal, verificamos que os três produtos detentores de sufixo são produtos transparentes, com base e sufixo claramente definidos, não tendo a derivação originado alterações a nível fonológico. Já *governo*, um postverbal, não é tão facilmente detectado como derivado, visto que não ostenta um sufixo identificativo. Embora aumente de representatividade ao longo dos séculos, *governo* vai perder gradualmente a sua semântica abstracta, e será esse desenvolvimento, possivelmente facilitado pela sua opacidade, a garantir a sua sobrevivência e consolidação no léxico do português.

#### *Restrições e combinatórias preferenciais*

Durante período do português arcaico não se verificam restrições ou combinatórias que favoreçam a mudança identificada neste grupo de variantes sufixais. No entanto, há que notar que a evolução destas unidades se encontrava neste período ainda no início, tendo continuado durante vários séculos até à actualidade. Uma das possíveis explicações estruturais para a primazia de *governação* sobre *governo* (como deverbal abstracto) na actualidade prende-se com o facto de o sufixo -ção ter aumentado radicalmente de representatividade no século XX, devido à sua compatibilidade com os sufixos verbalizadores -iz- e -ific-, os quais são bastante produtivos actualmente (Rio-Torto, 2009: 7). A marcada diferença de representatividade entre este e os outros sufixos poderá ter levado à sua selecção na base [govern]<sub>v</sub>, pois o aumento de representatividade de *governação* no século XIX e XX coincidem com o aumento de produtividade do sufixo -ção, que teve início no século XVIII.

#### *Semântica dos operadores da RFP ACT*

Tendo em conta a semântica dos operadores da RFP ACT que estão aqui representados, é possível tirarmos algumas conclusões relativamente ao rumo que tomaram as variantes sufixais com base em [govern]<sub>v</sub>. Na obra *Formação de substantivos deverbais sufixados em português* (Rodrigues, 2008), Alexandra Rodrigues evidencia a importância da semântica dos sufixos deverbais para a «matização do semantismo genérico de “acção de V” conglobado na RFP de nomes de acção» (Rodrigues, 2008: 167). Concretamente no caso de -nça, a autora caracteriza o sufixo

como propício para significações de “estado” (Rodrigues, 2008: 320). Já no português arcaico a identidade deste sufixo seria precária, devido à cristalização precoce de muitos dos produtos por si constituídos (Rio-Torto, 2009: 15). Apresentando-se -nça como fraco concorrente para eventivo e como sufixo dotado de pouca representatividade e muitas cristalizações, é possível compreender que, entre *governo* e *governança*, tenha sido o primeiro a prevalecer. Também o sufixo -mento teria já, entre os séculos XIII e XV, muitos produtos cristalizados (Caetano, 2003: 460), e portanto a sua identidade semântica não seria suficientemente forte para concorrer com os outros operadores. Quanto a -ção, embora tenha também muitos produtos cristalizados (Caetano, 2003: 345), a sua elevada representatividade garante que este seja considerado, na sua globalidade, como semanticamente estável.

A transparência semântica dos produtos genolexicais tem uma ligação directa com a produtividade das regras que os formam, de tal modo que «productive morphological categories are characterized by a large number of low frequency forms» (Trips, 2009: 33). Quer isto dizer que, se um operador formar produtos com elevada frequência de ocorrência, existe uma maior probabilidade de esses elementos deixarem de ser decomponíveis (porque são processados automaticamente) e portanto de haver cristalização de sentido. Por outro lado, um operador que forme vários produtos mas cuja frequência de ocorrência de cada um seja baixa, mantém-se produtivo porque os seus produtos não são processados automaticamente. Esta poderá ser outra explicação para a estabilidade de -ção. Os produtos de -ção que contêm os sufixos verbalizadores -ific- e -iz- serão, embora prolíficos, menos frequentes, contribuindo para a sua estabilidade semântica e consequente produtividade do sufixo.

### 3.2.2. - *Análise intrafrásica: evolução semântica e estrutura argumental*

Visto que a escassa representatividade de *governo* e *governança* neste período não permite um estudo evolutivo da sua significação, a análise que se segue concentrar-se-á na evolução semântica de *governo* e *governança*.

As ocorrências analisadas de *governo* e *governança* permitiram observar uma evolução semântica de nome abstracto para nome concreto. As primeiras ocorrências de

*governo* e *governança* denotam um significado abstracto e eventivo<sup>13</sup>, com foco no processo da acção, e na maioria dos casos com o Tema da acção expresso.

(5) – “(...) Do~ Joha~ Afonso d' Alboquerque, neto del rey do~ Denys de Portugal, que era grande senhor e~ Castela, tiinha a governa~ça do reyno.”<sup>14</sup>

(6) – “(...) p(er)a os calezes e p(er)a os synos e p(er)a as lampadas e p(er)a os liuros e p(er)a sustentaço~ e gouernho dos bispos que preege~ a ffe (...)”<sup>15</sup>

A partir do século XV, começam a surgir acepções resultativas em ambos nomes. Nestes contextos, o significado tem o seu foco não no processo mas no resultado da acção, podendo ser parafraseável por “resultado de V”, “função que permite V”:

(7) – “(...) dando primeiro ordem a muitas cousas, deixando o governo entregue ao Bispo, e ao Capitão da Cidade, que era D. Garcia de Castro (...)”<sup>16</sup>

(8) – “E por falecimento do dito Dom Gonçallo seu pay, lhe fez el-rey merce da governança de Lisboa, e ho officio de veador da Fazenda deu a Dom Alvaro de Castro (...)”<sup>17</sup>

Por fim, surge no século XVI, novamente em ambas as variantes, um terceiro sentido, este já concreto, sinónimo de “órgão de administração” ou “divisão administrativa”:

(9) – “(...) Com estas rezões, que todo prelado maior deve com atenção considerar, lembrando-se que em nenhum governo há ministro diligente, se o que é cabeça é descuidado ou pouco vigilante (...)”<sup>18</sup>

(10) – “A terceira Ilha, que fica aos pés da grande, é a de Xicoco, dividida em quatro governanças, Tonca, Sanoqui, Ava, e Jionoconi.”<sup>19</sup>

<sup>13</sup> Note-se que, no português arcaico, o verbo *governar*, para além do sentido actual de “administrar”, “dominar”, tinha também a significação de “sustentar”, “manter-se”, que actualmente está ligada à acepção reflexa do verbo. Este sentido foi aliás o primeiro verificado neste verbo (cf. Xavier (1999), 165-166). No *Corpus* do Português, o primeiro uso do verbo como “administrar” surge no início do séc. XIV (*Chartularium Universitatis Portugalensis vol. 1* (1300)). Os deverbais *governo* e *governança* denotam esta polissemia, e inicialmente surgem também como abstractos/eventivos com significação de “sustento”.

<sup>14</sup> *Cr. Af. X – P* (s. XIV), C5, F246v

<sup>15</sup> *F. Real* (s. XIII), L1, C5, F75v

<sup>16</sup> *Déc.* (s. XVI), Quinta década, livro nono, Capítulo VII, 94

<sup>17</sup> *Vida e Feitos* (s. XVI), 3013-3015

<sup>18</sup> *Vida Frei Bert.* (s. XVI), 69

<sup>19</sup> *Déc.* (s. XVI), Quinta década, livro oitavo, Capítulo XII, 32

A variação semântica aqui encontrada, bem como em vários nomes deverbais e alguns deadjectivais (Rio-Torto, 2001), e que permite ao mesmo nome leituras abstractas/eventivas e concretas, tem sido amplamente estudada, sobretudo na sua relação com a estrutura argumental (Grimshaw, 1990; Alexiadou & Grimshaw, 2008). Grimshaw evidencia o facto de que os nomes não se comportam todos da mesma forma; uns aparecem sempre como portadores de estrutura argumental, outros como nomes concretos, e outros são ambíguos. Contudo, a autora salienta que essa ambiguidade resulta do facto de em determinados nomes ser possível duas leituras, uma eventiva e outra concreta (Grimshaw, 1990: 59). Assim, os nomes considerados “ambíguos” podem ter uma leitura processual/resultativa, ou uma leitura concreta, todavia, «the real distinction is between nouns that have an associated event structure (...) and the nouns that do not» (Grimshaw, 1990: 49).

De facto, a distinção entre a significação eventiva e a resultativa nem sempre é clara, como nos mostra o exemplo (10), e até a diferença entre uma leitura eventiva/resultativa e uma leitura concreta pode causar algumas dificuldades, como em (11):

(11) – “E lhe foy dado por el-rey e a raynha a governança da justiça em sua corte (...)”<sup>20</sup>

(12) – “(...) e começou de se embarcar, dando primeiro ordem a muitas cousas, deixando o governo entre gue ao Bispo, e ao Capitão da Cidade (...)”<sup>21</sup>

Grimshaw sugere algumas técnicas que permitem desambiguar as diversas leituras, nomeadamente a introdução de modificadores como “constante” e de determinantes indefinidos, que só podem ocorrer com nomes de aceção resultativa, ou a pluralização, que distingue as leituras eventivas das leituras concretas de um nome (Grimshaw, 1990: 50-59). Uma vez resolvida a ambiguidade e discriminadas as diversas leituras, conclui a autora que «only complex event nominals have an event structure and syntactic argument structure like verbs», e portanto «the argument structure of the complex event nominals licenses (and indeed requires) arguments» (Grimshaw, 1990: 59).

A verdade é que os dados aqui analisados não corroboram esta separação rígida dos nomes na sua aceção eventiva e na sua leitura concreta relativamente à estrutura argumental que podem ostentar. A leitura eventiva e resultativa dos nomes nem sempre

<sup>20</sup> *Vida e Feitos* (s. XVI), 1951-1952

<sup>21</sup> *Déc.* (s. XVI), Quinta década, livro oitavo, Capítulo VII, 94

---

apresenta argumentos explícitos, tendo-se verificado casos de significações eventivas sem argumentos explícitos:

- (13) – “E a temperança dos trabalhos e do entender, voontade e do corpo, pera boo regimento do prazer e boa desposiçom dam grande vantagem, por que toda governança sem esto nom muyto presta.”<sup>22</sup>

Os dados parecem portanto confirmar a teoria de Sleeman & Brito (2007) de que as diferentes acepções destes nomes considerados “ambíguos” são antes o resultado de um processo gradual de nominalização, que se manifesta por uma progressiva perda das propriedades verbais e aspectuais do nome, até este apresentar características concretas (Sleeman & Brito, 2007: 9). As autoras identificam esta evolução como constituída por três fases: numa primeira fase, o deverbal está muito próximo da sua base em termos de dependência argumental e ostenta características agentivas e eventivas. O nome vai gradualmente perdendo eventividade e com ela a estrutura argumental, pelo que numa segunda fase o nome poderá não vir acompanhado de argumento interno, sendo também opcional a presença do agente da acção, o qual pode ocorrer expresso pelo genitivo. Por fim, o nome deverbal perde todas as propriedades verbais e aspectuais, ocorrendo sem argumentos e com significação concreta de objecto ou entidade (Sleeman & Brito, 2007: 9-10). Nesta perspectiva, a obrigatoriedade ou não de estrutura argumental não é vista de forma dicotómica, mas sim como um processo de mudança semântica da unidade lexical, o que explica a ocorrência de situações menos claramente delimitadas, como os exemplos de significações eventivas sem estrutura argumental e casos de difícil distinção semântica.

Os dados analisados no presente trabalho parecem favorecer a teoria de evolução gradual do semantismo do deverbal para um sentido mais concreto. Com efeito, e apesar de muitas das ocorrências serem ambíguas, é possível notar-se um desenvolvimento semântico gradual do abstracto para o concreto. Nos primeiros séculos surgem as ocorrências mais eventivas, como mostram os exemplos anteriores (5) e (6). Nestas frases, o nome tem uma acepção processual e vem acompanhado de estrutura argumental explícita; o agente está claramente identificado e o Tema/objecto afectado ocorre na forma de sintagma preposicional introduzido por "de". A partir do século XV, nota-se alguma instabilidade na estrutura das frases, e o sentido eventivo, na sua

---

<sup>22</sup> *Leal Cons.* (s. XV), T20, F23r

acepção processual, deixa de ser tão claro, começando a surgir as acepções resultativas, como nos exemplos (7) e (8) ou no exemplo (14) que se segue:

- (14) – “E assim ficaram as cousas por então, porque o que mais sucedeo se conta na sexta Decada no governo de D. João de Castro (...)”<sup>23</sup>

Notamos pelos exemplos a opcionalidade de estrutura argumental explícita, bem como o surgimento do sintagma preposicional introduzido por “de” com papel temático de Agente (cf. exemplo (14)). Esta significação resultativa passa depois a um sentido concreto; o nome perde gradualmente a estrutura argumental e a significação abstracta, aparecendo como nome concreto no século XVI (cf. exemplos (9) e (10)).

Os dados mostram que, e à luz do defendido por Sleeman & Brito, houve efectivamente uma evolução semântica gradual de nome eventivo/abstracto para nome concreto, em ambas as variantes, e essa evolução semântica teve consequências a nível sintáctico (perda de estrutura argumental). Mas se tal evolução se verificou tanto em *governo* como em *governança*, como se pode ligar este factor com as motivações para a manutenção de *governo* como o nome concreto designador de “órgão de governação” e a perda de frequência de *governança*? Na verdade, os dados revelam outro aspecto interessante que poderá ser considerado como motivação interna para o abandono de *governança*. Ao passo que a evolução semântica de *governo* é acompanhada por uma evolução sintáctica relativamente estável, com a gradual perda de eventividade acompanhada da perda de argumentos, no caso de *governança* a relação entre a semântica do nome e a estrutura argumental é muito mais problemática, verificando-se por exemplo vários casos em que o nome é eventivo mas não vem acompanhado de estrutura argumental explícita (exemplo (15)) e muitos casos em que é difícil situar o deverbal na escala de eventividade, como em (16) e (17):

- (15) – “E a temperança dos trabalhos e do entender, voontade e do corpo, pera boo regimento do prazer e boa desposiçom dam grande vantagem, por que toda governança sem esto nom muyto presta.”<sup>24</sup>

- (16) – “(...) e segundo ouvimos afirmar a pessoas daquele tempo, dignas de fé, acharam-se-lhe menos cincoenta mil pardãos do que tinha antes de entrar na Governança, e a mór parte deles gastou na jornada do Estreito (...)”<sup>25</sup>

<sup>23</sup> *Déc.* (s. XVI), Quinta década, livro décimo, Capítulo X, 179

<sup>24</sup> *Leal Cons.* (s. XV), T20, F23r

<sup>25</sup> *Déc.* (s. XVI), Quinta década, livro oitavo, Capítulo IX, 07

- (17) – “E por fallecimento d' el-rey, el-rey Dom Manoel que sancta gloria aja fez com Dom Martinho que deyxasse a governança de Lisboa a Dom Alvaro e tornasse a ser veador da Fazenda (...)”<sup>26</sup>

Em termos sintáctico-semânticos, a maior opcionalidade argumental associada à evolução de *governança* poderá ter contribuído para a perda de representatividade desta variante, permitindo que *governo* seguisse o seu desenvolvimento e especialização. Assim, no final período arcaico, assistimos ao início da resolução da situação de variação dos nomes de acção sobre a base [govern]v: *governo* vai perdendo os traços de nome abstracto e adquirindo traços de nome concreto, deixando de poder co-ocorrer nos mesmos contextos com nomes abstractos.

**Figura 3.1.**

**Diferenciação de traços entre nomes abstractos e concretos**

<b>Nome Abstracto</b>	<b>Nome concreto</b>
[+ abstracto]	[+ concreto]
[+ processual]	[- processual]
[+ estrutura argumental]	[- estrutura argumental]

A definição de *governo* nos dicionários ainda inclui a sua acepção abstracta e esta forma poderá, ainda actualmente, funcionar em certos contextos como abstracto, mostrando que a evolução semântica pode não estar terminada; no entanto, uma breve análise das primeiras 200 entradas de *governo* no Corpus do Português, no século XX, evidencia uma muito maior usabilidade deste nome como concreto (apenas em duas dessas entradas se poderia considerar o nome como abstracto), cabendo a *governança* o lugar de destaque como nome de acção de *governar*. Quanto a *governança*, as sete ocorrências no Corpus do Português no século XX demonstram que a sua usabilidade actual é marcadamente reduzida (seis das sete entradas são de textos em Português do Brasil), continuando confusa a sua caracterização semântica enquanto nome de acção/nome concreto.

<sup>26</sup> *Vida e Feitos* (s. XVI), 3015-3018

### 3.3. - Conclusões

A análise realizada neste capítulo pretendeu verificar se a selecção lexical observada no conjunto de unidades corradicais escolhido resultou numa simplificação da língua, à luz do Princípio de Economia, devido a condicionamentos a nível paradigmático e argumental.

Começando pela análise paradigmática formal, concluiu-se que a transparência fonológica das variantes poderá ter contribuído para a selecção identificada, visto que o termo mais opaco, *governo*, e que inicialmente terá servido de bloqueio às formas *governança* e *governo*, diminuiu de representatividade como nome de acção e aumentou como nome concreto, permitindo no século XIX o aumento de representatividade de *governança*, a variante com sufixo tipicamente regular e formador de produtos transparentes. Outro factor de peso para a escolha de *governança* pode ter sido a forte representatividade do sufixo -ção a partir do século XVII, ligada ao facto de este ser o sufixo seleccionado pelos produtos verbais dos sufixos -ific- e -iz-, muito produtivos na actualidade.

A nível semântico, verificou-se que *governo* e *governança* surgem no início do período em análise como nomes de acção, mas passam ambos por um processo de evolução semântica para um sentido concreto, evolução essa que teve consequências a nível sintáctico/argumental. *Governo* mostrou uma maior coerência entre a evolução semântica e a estrutura argumental associada às diferentes fases, e esse poderá ser apontado como outro factor decisivo para a sua sobrevivência (para além de que a sua opacidade enquanto derivado de sufixo ⊗ favoreceria a sua utilização como nome concreto). Por outro lado, devido ao número de cristalizações precoces de produtos com o operador deverbal -nça e a sua crescente ligação a nomes de “estado”, a identidade deste sufixo acabou por tornar-se confusa, contribuindo para a sua eventual diminuição de disponibilidade, da qual terá sido alvo a variante *governança*. No século XVI a supremacia de *governo* sobre *governança* já é notável, e continuou a acentuar-se ao longo dos séculos até à actualidade. Também neste século, *governo* já apresenta várias ocorrências como nome concreto (“órgão de administração”), e esta polissemia permite abrandar o seu bloqueio como nome de acção de [govern]<sub>v</sub>, facilitando a reintrodução de *governança* como o nome que viria a estabelecer-se nos séculos XIX e XX como *nomina actionis* deste verbo.

As conclusões resultantes da análise das variantes corradicais com base [govern]<sub>v</sub>, entre os séculos XIII e XVI, comprovam as investigações efectuadas no âmbito dos

---

operadores sufixais nominalizadores que apontam para uma simplificação dos processos, conseguida por meio da redução do número de operadores disponíveis. Essa simplificação, conforme se tentou demonstrar com este grupo de variantes, parece poder ser explicada por motivações internas, nomeadamente a transparência evolutiva semântica e sintáctica de *governo* comparativamente com uma certa incoerência de *governança*, acentuada pela gradual perda de identidade de toda a esfera de operação do sufixo -nça, e o aumento de representatividade de *governação* como nome de acção, por sua vez permitido pelo afrouxamento do bloqueio de *governo*, que entretanto se estabelecia como nome concreto, e pela supremacia que -ção começa a desenvolver. Esta resulta da sua representatividade e da regularidade dos seus produtos, bem como da sua compatibilidade com sufixos verbalizadores muito produtivos, como -iz- e -ific-.

Pode, então, afirmar-se que a resolução da variação que se verificava no início do período do português arcaico e que passou pelo abandono de *governo*, pela diminuição de representatividade de *governança*, pela especialização de *governo* e pelo aumento de representatividade de *governação*, já era visível no final deste período e, conforme se tentou demonstrar, teve por base factores de ordem interna, linguística. No capítulo seguinte, procuraremos analisar até que ponto os factores de ordem cognitiva foram determinantes para a mudança que se verificou neste grupo de unidades corradicais.

---

## Capítulo 4.

### Motivações cognitivas para a mudança

Depois de analisada a evolução do conjunto de variantes sufixais com base em [govern]<sub>v</sub>, na época do português arcaico, sob uma perspectiva interna e sistémica, este capítulo procurará destacar possíveis motivações cognitivas para essa evolução. Seguindo a mesma estrutura do capítulo anterior, a primeira secção ocupar-se-á de uma breve introdução teórica sobre a linguística cognitiva, sobretudo a Teoria do Protótipo de Dirk Geeraerts (Geeraerts, 1997, 2006; Geeraerts et al., 1994), a qual servirá de base para a análise empírica dos dados na segunda parte do capítulo.

#### 4.1. - *Enquadramento Teórico*

A Linguística Cognitiva surge nos anos 80 como reacção a uma visão da língua por um lado como fenómeno autónomo e independente, e por outro como sistema regido por um conjunto de regras, princípios e categorias estanques e discretos. Rejeitando a dicotomia Saussureana e um estudo da língua como sistema abstraído do processo real e actualizado da linguagem, esta corrente teórica propõe-se analisar a língua sob outra perspectiva - enquanto meio de ligação entre o falante e o real. A língua é indissociável do falante, uma vez que lhe permite exprimir-se e interagir com o outro. No entanto, é a sua função enquanto veículo cognoscitivo que a liga inequivocamente ao seu utilizador - é através da língua que o indivíduo processa e organiza o *input* que recebe do mundo (Geeraerts, 2006: 3). A língua vista sob esta perspectiva tem forçosamente de ser analisada como integrada em todo o domínio cognitivo do indivíduo e na sua realidade vivencial, cultural e social. A língua só existe pelo uso e, segundo esta corrente de pensamento, é desta forma ancorada e contextualizada que ela deve ser estudada (Geeraerts, 1997, 2006).

A aceitação da natureza não autónoma da língua implica que esta seja também vista na sua acepção perspéctica, isto é, a língua não reflecte o mundo de forma objectiva porque está dependente do *input* que o indivíduo apreende, e esse *input* está por sua vez ligado a outras componentes cognitivas do indivíduo, pelo que as estruturas linguísticas serão uma espécie de molde para o real. Como explica Geeraerts: «language is a way of

organizing knowledge that reflects the needs, interests and experiences of individuals and cultures» (Geeraerts, 2006: 8).

Outra característica valorizada pelo Cognitivismo é o carácter enciclopédico da língua. Sendo esta, pelo que foi exposto, um veículo de absorção e processamento conceptual do mundo, o conhecimento em si contido extravasa necessariamente os limites do linguístico e portanto a sua análise terá de ser mais do que a identificação de uma lista de significados, regras ou traços. As unidades linguísticas estão armazenadas no cérebro por meio de redes de relações conceptuais intra e extra categoriais que comportam informações linguísticas, de foro semântico e sintáctico, mas também informações extralinguísticas, culturais e sociais, que são imprescindíveis para a sua total compreensão e utilização. Estas redes de relações ou modelos cognitivos (Lakoff, 1987: 68) são os esquemas de que o indivíduo se serve para configurar o seu conhecimento do mundo. Neste sentido, a língua não poderá ser encarada senão como uma rede dinâmica e flexível, facilitadora de mutações, permeabilizações e reorganizações, pois só assim dará conta dos desenvolvimentos do indivíduo no seu contacto com o mundo. A conceptualização e categorização são conceitos chave para a Linguística Cognitiva, e explicam a predilecção dos linguistas desta corrente teórica pelo estudo da significação. Conforme explica Geeraerts:

«The *primacy of semantics* in linguistic analysis follows in a straightforward fashion from the cognitive perspective itself: if the primary function of language is categorization, then meaning must be the primary linguistic phenomenon.» (Geeraerts, 1997: 8)

A Linguística Cognitiva visa então um estudo da língua enquanto veículo de conceptualização e categorização, em articulação com os outros domínios cognitivos e com aspectos sociais, temporais e culturais. Vista por este prisma, a língua é considerada como não autónoma, perspéctica, dinâmica e enciclopédica.

Para além de George Lakoff e Ronald Langacker, nomes associados à Linguística Cognitiva desde o seu início, vários são os linguistas que se têm dedicado ao estudo da língua e da significação tendo em conta os princípios acima expostos, e vários são também os ramos em que se divide esta corrente teórica. Neste capítulo pretende-se explorar os estudos de Dirk Geeraerts no âmbito da semântica cognitiva, especificamente a Teoria do Protótipo e a forma como esta se aplica à análise diacrónica.

Segundo o afirmado por Geeraerts, a principal função da linguagem é a categorização. Mas a categorização no âmbito da Linguística Cognitiva não passa por um agrupamento rígido e plano de unidades mediante um conjunto de traços necessários e suficientes. Na verdade, os traços de uma categoria não são todos gerais (nem todos os pássaros conseguem voar, por exemplo), pelo que se torna impossível utilizar este método de definição. Por outro lado, as unidades pertencentes a determinada categoria não têm todas o mesmo peso; existem unidades dotadas de uma maior relevância do que outras. Assim sendo, a organização das unidades lexicais deverá passar antes pela identificação da hierarquia interna das categorias, desde os seus centros prototípicos até à periferia, e da rede de relações que existem entre os membros dos diferentes níveis. A análise por protótipos foi inicialmente trabalhada por Eleanor Rosch, e tem sido extensamente desenvolvida por Geeraerts, que a define destacando quatro características fundamentais (Geeraerts, 1997: 11):

1. A prototipicidade pressupõe uma estrutura categorial interna hierárquica organizada consoante o grau de saliência (relevância) das unidades dentro da categoria a que pertencem;
2. A estrutura semântica das categorias é constituída por subgrupos de “parecenças de família”, subgrupos de membros que partilham as mesmas características e que se encontram sobrepostos, permitindo que um membro pertença a vários subgrupos;
3. As categorias não têm limites rígidos, as suas fronteiras são ténues e dotadas de alguma flexibilidade;
4. Os membros das categorias não são definidos por um conjunto de traços necessários e suficientes.

A Teoria do Protótipo apresenta-se então como modalidade de análise linguística dinâmica e passível de se adaptar a um real que é sincronicamente heterogéneo e diacronicamente mutável. Geeraerts aplica a Teoria do Protótipo ao estudo diacrónico da significação e, baseando-se nas características de prototipicidade já enumeradas, desenvolve quatro hipóteses explicativas para a mudança semântica (Geeraerts, 1997: 23-25):

1. Flutuações nos centros prototípicos – as mudanças no escopo semântico de uma categoria ou unidade linguística podem estar relacionadas com uma reorganização da estrutura prototípica;

2. Alterações nos subgrupos categoriais - algumas unidades linguísticas podem movimentar-se entre os subgrupos;

3. Flutuações nos limites da categoria – as flutuações diacrónicas dos limites de uma categoria são o reflexo de incertezas sincrónicas quanto à delimitação da categoria;

4. Natureza enciclopédica da mudança semântica – o estudo semântico diacrónico não pode separar a informação semântica (lista de sentidos) e a informação enciclopédica ligada a determinada palavra ou conceito. Estes dois tipos de informação são indissociáveis na formulação de explicações para a mudança semântica.

Geeraerts comprova portanto que as características da Teoria do Protótipo têm projecção diacrónica e ajudam a salientar aspectos que explicam a mudança semântica. A não igualdade dos membros de uma categoria, a nível sincrónico, permite considerar a possibilidade de a mudança semântica de uma unidade se dever não à perda de um significado e/ou aquisição de um novo mas sim à reorganização da estrutura hierárquica, podendo traduzir-se por exemplo na extensão do centro prototípico ou até na alteração do mesmo. Outra possibilidade que esta característica permite é a interpretação da mudança semântica como resultado de uma alteração na estrutura dos subgrupos de “parecenças de família”, por exemplo, um novo significado pode surgir da aglomeração de características dos vários significados já existentes. Por outro lado, a faculdade não discreta das estruturas lexicais permite explicar a mudança em casos muito periféricos (como é o caso da poligénese - o surgimento diacronicamente intermitente do mesmo significado agregado a uma unidade) e ainda a mudança que só pode ser explicada pelas informações enciclopédicas das unidades lexicais.

A Teoria do Protótipo aplicada à análise da mudança linguística traz vários benefícios. Para além da equacionar a necessidade de eficácia das línguas, uma análise baseada na prototipicidade integra também a motivação de expressividade (Geeraerts, 1997: 112). A estrutura prototípica de conceptualização semântica é cognitivamente eficaz porque é adaptável e permite a categorização de uma vasta quantidade de informação de forma flexível, bem como a reciclagem de informações, evitando a necessidade de alterar toda a estrutura perante situações novas ou diferentes (Geeraerts, 1997: 113). Por outro lado, a Teoria da Prototipicidade também se adapta à função expressiva da língua, decorrente da necessidade dos falantes em comunicarem conceitos para os quais não dispõem dos meios adequados (devido a alterações do real e também a alterações das concepções que o falante tem do real) (Geeraerts, 1997: 105). Já para o Funcionalismo as noções de expressividade e eficácia da língua eram importantes na análise da mudança linguística;

todavia, o falante tinha um papel passivo. Para os cognitivistas, o falante desempenha um papel fundamental, uma vez que a língua é vista como integrada no seu uso.

Encarando a língua como veículo comunicativo e cognoscitivo, constituída por estruturas conceptuais hierarquizadas e flexíveis, procurar-se-á nas secções seguintes analisar as unidades linguísticas seleccionadas para o presente trabalho e verificar até que ponto a mudança ocorrida se deveu a uma reorganização de protótipos. Para isso, a análise começará pela identificação da estrutura prototípica onomasiológica dos sufixos deverbais relevantes nos séculos XIII a XVI. Depois disso, tentar-se-á observar como a estrutura se alterou e como se apresenta actualmente, comparando essa evolução com a evolução das unidades corradicais com base em [govern]<sub>v</sub>. Procuraremos ainda olhar para a estrutura semasiológica de *governo* e explorar o desenvolvimento da polissemia que esta unidade ostenta actualmente.

#### 4.2. - *Análise das unidades corradicais*

A análise das variantes começará com a sua contextualização na esfera de operação da RFP ACT, através do mapeamento onomasiológico das características dos operadores -nça, -ção e -mento nos séculos XIII a XVI. Este exercício será feito a partir de informações retiradas dos trabalhos de Maria do Céu Caetano (2003), Graça Rio-Torto (2009) e Mário Viaro (2003). Seguidamente, com base nos trabalhos de Alexandra Rodrigues (2008), traçaremos o mesmo mapa para a actualidade. Esta informação, à qual já se aludiu de no capítulo anterior, servirá aqui de plano de fundo para uma análise da estrutura prototípica das variantes seleccionadas na época do português arcaico e na actualidade. Relativamente a *governo*, este será ainda alvo de uma análise semasiológica diacrónica.

##### 4.2.1. - *Situação sufixal no português arcaico*

Mário Viaro, no seu artigo «Para um estudo de semântica sincrónica dos sufixos derivacionais em português do século XIII» (2003), identifica o sufixo -nça/-ença como formador de nomes parafraseáveis por “acto de quem X”, “resultado do acto de X”, às vezes com sentido concreto. Este sufixo encontra-se bastante produtivo, mas alguns produtos são formações latinas cujo vocábulo de base já desapareceu. O sufixo

-ção (-çon e variações) é identificado como sufixo formador de abstractos deverbais sobretudo com sentido de “acto de X”, com muitos produtos de sentido já opaco ou concreto, ou formas de radical difícil de identificar. O sufixo -mento surge neste estudo como o sufixo mais produtivo, formador de abstractos deverbais parafraseáveis por “acto de X”.

A situação dos sufixos -nça, -ção e -mento no século XIII apresentada neste artigo mostra que -mento é o sufixo mais produtivo e também o menos opaco. No que diz respeito à semântica destes sufixos, -mento e -ção são os mais estáveis, representando nomes abstractos de significação “acto de X”, embora -ção apresente casos de significados concretos ou opacos. O sufixo -nça, também bastante produtivo, apresenta uma semântica mais variada, podendo significar “acto de quem X” ou “resultado do acto de X”, por vezes com significação concreta ou opaca.

Graça Rio-Torto, no seu estudo da morfologia lexical no português médio (2009), destaca a maior representatividade de -mento relativamente aos outros sufixos em questão neste período (dados de Juliana Coelho), tendo sofrido um declínio a partir do século XV. Também -nça sofre um declínio de representatividade a partir do século XV, embora tenha sido desde sempre o sufixo menos representado. Uma das causas apontadas para as perdas deste sufixo é o fenómeno de relatinização que se verificou nos séculos seguintes e que levou à recuperação de muitas formas etimológicas em -ncia que tinham entretanto sido substituídas por -nça. Por outro lado, a sua perda de produtividade ter-se-á devido ao número de cristalizações precoces e à sua difusa função enquanto nominalizador simultaneamente de evento e de estado. Relativamente a -ção, é um sufixo que está em concorrência estreita com -mento em termos de representatividade nos séculos XIII a XV, começando a destacar-se a partir do século XVI e ganhando forte representatividade a partir o século XVIII. Esta representatividade deve-se, segundo a autora, por um lado, ao reduzido número de perdas para outros sufixos, e, por outro, à sua compatibilidade com verbos formados a partir de -iz- e -ific-, conforme já foi mencionado no capítulo anterior.

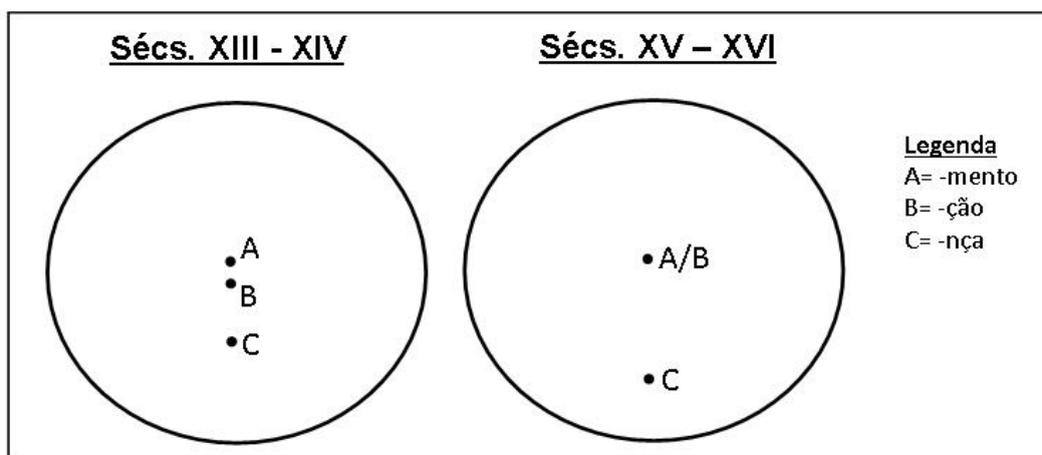
Os estudos de Graça Rio-Torto confirmam que -mento foi nos séculos XIII a XV o sufixo mais representado, seguido de -ção e por fim -nça. O sufixo -nça teria já muitas formas cristalizadas e muitos produtos denotadores de estado, o que contribuiu para a sua opacidade formal e semântica. Conclui-se ainda que -ção ganha terreno sobretudo a partir do século XVIII, e com forte intensidade no século XX.

Também Maria do Céu Caetano analisa os processos de formação de palavras, nomeadamente a sufixação, e a forma como estes são tratados nas gramáticas históricas do português (2003), procedendo a uma recolha de ocorrências que cobriu os séculos XIII a XV. Relativamente a -nça, conclui que este sufixo forma nomes que designam “acção ou resultado da acção” e “estado” desde o século XIII, tendo muitas formas caído em desuso. No que diz respeito a -ção, as gramáticas históricas são unânimes na sua interpretação deste operador como formador de nomes abstractos que designam “acção ou resultado da acção”, dotado de grande produtividade. Conclui a autora que a transparência (formal e semântica) dos produtos em -ção, tanto os formados em latim como os formados já na língua portuguesa, está na base das afirmações de forte produtividade do sufixo. O sufixo -mento também é considerado como formador de nomes designativos de “acção, resultado”, muito disponível nos séculos XIII a XV. Verifica-se a ocorrência também aqui de muitas formas opacas e cristalizadas e, nos casos de co-ocorrência sufixal, -mento é tendencialmente anterior. Mais uma vez, confirma-se a grande produtividade de -mento até ao século XV, depois suplantada por -ção, e também a opacidade de -nça.

As conclusões dos três autores aqui exploradas permitem-nos identificar, já no português arcaico, uma reorganização do esquema de prototipicidade destes três operadores da RFP ACT:

**Figura 4.1.**

**Esquema de prototipicidade dos operadores -mento, -ção e -nça no português arcaico\***



\* Neste esquema, uma estrutura é tanto mais prototípica quanto mais se aproxima do centro físico do círculo.

Nos séculos XIII e XIV o sufixo -mento apresenta-se como o mais representado; é um sufixo bastante produtivo e com produtos transparentes e semanticamente estáveis. Por esse motivo, no início do português arcaico -mento situa-se no centro prototípico do paradigma. O sufixo -ção, menos representado e com alguns casos opacos, ocupa uma posição elevada mas encontra-se hierarquicamente abaixo de -mento. Quanto a -nça, embora tenha uma representatividade considerável nesta época, é o que apresenta menor representatividade dos três sufixos. É um sufixo formador de nomes parafraseáveis por “acto de V, resultado de V” mas também de nomes de “estado”, o que lhe confere uma eventividade menor do que os outros sufixos. A transparência dos seus produtos também é menor, já que muitas destas formas se apresentam nesta época cristalizadas e ostentam por vezes sentidos concretos, impossibilitando em algumas ocasiões a identificação do verbo base. Assim sendo, -nça seria o menos prototípico dos três sufixos já no início do português arcaico, e com a sua representatividade em declínio a partir do século XV, continua a distanciar-se dos outros sufixos, ocupando no final do século XVI uma posição quase periférica.

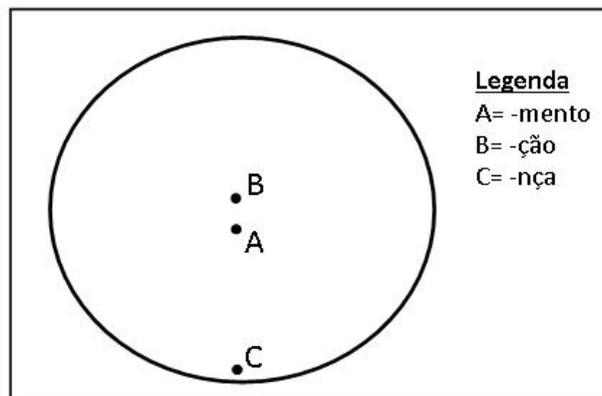
#### *4.2.2. - Situação sufixal na actualidade*

A tendência verificada já no final do português arcaico relativamente aos valores prototípicos dos sufixos -mento, -ção e -nça continuará a acentuar-se, como comprovam os estudos de Alexandra Rodrigues relativamente aos deverbais sufixados em português (2008). Na sua obra, a autora apresenta-nos um quadro da situação actual dos sufixos deverbais, nomeadamente os sufixos formadores de nomes de acção. O sufixo -ção é destacado como o sufixo mais produtivo, cujo traço característico [efectuação] transmite aos seus produtos uma significação eventiva e resultativa. Os eventos denotados pelos produtos em -ção são geralmente agentivos. O sufixo apresentado como o segundo mais produtivo é -mento. Este sufixo é marcado pelo traço [processo], o qual confere aos seus produtos uma semântica processual, de decorrência de um evento que pode ou não estar terminado. No que diz respeito a -nça, este sufixo tem como traço característico [constância], pelo que os seus produtos apresentam uma semântica predominantemente de estado ou de evento homogéneo. A sua produtividade é bastante reduzida (1,13%, comparativamente com 27,8% de -ção e 17,3% de -mento).

De acordo com estes dados, o esquema de prototipicidade destes três sufixos na actualidade pode definir-se como na Figura 4.2.

**Figura 4.2.**

**Esquema de prototipicidade dos operadores -mento, -ção e -nça na actualidade**



O sufixo -ção encontra-se agora no centro prototípico do paradigma de formadores de *nomina actionis*, seguido de -mento em segundo lugar. O sufixo -nça está já na periferia, por ter uma produtividade muito reduzida e produtos menos eventivos.

Como é possível constatar, houve uma reorganização da posição dos sufixos na escala de prototipicidade do paradigma de operadores da RFP ACT: -nça, que era já no português arcaico o sufixo mais fraco dos três, continua a perder saliência dentro do paradigma e acaba por ocupar uma posição periférica, devido não só à sua fraca representatividade e produtividade, mas também ao facto de ser um sufixo usado para formar também nomes de estado, revelando flutuações nos limites da categoria de operadores RFP ACT. O sufixo -ção passa a ocupar o centro do paradigma como o sufixo mais saliente enquanto formador de *nomina actionis* (saliência que decorre do facto de ser o sufixo mais representado e de os seus produtos denotarem eventividade e agentividade). Quanto a -mento, a sua representatividade começa a diminuir a partir do século XV e, devido ao aumento de saliência de -ção, este sufixo perde a sua posição de excelência no paradigma, continuando no entanto activo e relativamente produtivo. Confirma-se, então, uma reorganização da hierarquia prototípica dos operadores da RFP ACT, segundo a qual -mento cede lugar a -ção como sufixo mais saliente e -nça aproxima-se cada vez mais da periferia. Esta reorganização teve início ainda no período arcaico e continuou a desenvolver-se até à actualidade.

A análise aqui apresentada inclui apenas os casos de sufixação, pois não dispomos de dados suficientes para incluir todo o universo de postverbais. Ainda assim, permite observar a dinâmica verificada na formação de palavras sufixadas desde o período arcaico até à actualidade, o que ajuda a explicar as escolhas que foram feitas na evolução das variantes aqui em estudo.

#### 4.2.3. - As unidades corradicais

Contextualizados os operadores formadores de nomes de acção deverbais, e analisada evolução do seu esquema de prototipicidade, procurar-se-á agora identificar a situação específica das variantes corradicais com base em [govern]<sub>v</sub>. Conforme já ficou demonstrado nos capítulos anteriores, a evolução destas unidades linguísticas reflecte a reorganização verificada no paradigma de operadores da RFP ACT, e algumas das características dessa evolução começam já a ser visíveis no final do português arcaico. Em termos de representatividade, observamos que *governança*, depois de um aumento de representatividade no século XV, volta a diminuir em detrimento de *governo*. *Governo* surge apenas residualmente e *governação*, até ao final do século XVI, também só ocorre só duas vezes. É apenas a partir do século XIX que esta variante recupera uma representatividade significativa, e assim continuará no século XX.

**Figura 4.3.**

**Representatividade das unidades no português arcaico – valores absolutos de ocorrências no *corpus* em análise**

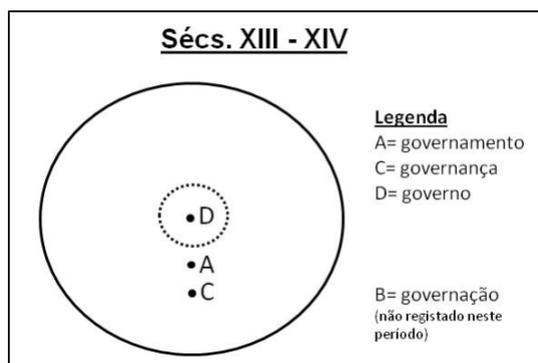
	<b>Governo</b>	<b>Governança</b>	<b>Governação</b>	<b>Governo</b>
<b>Séc. XIII</b>	0	0	0	4
<b>Séc. XIV</b>	2	0	1	1
<b>Séc. XV</b>	0	1	21	2
<b>Séc. XVI</b>	0	1	16	44

Em termos semânticos, também já foi explicitado no capítulo anterior que *governança* e *governo* mantêm uma semântica abstracta e eventiva no português arcaico, mas *governo* e *governança* iniciam neste período um desenvolvimento de nomes abstractos para nomes concretos, apresentando-se *governo* como mais estável nessa evolução.

Tendo em conta estes dados, podemos afirmar que na primeira fase do português arcaico o esquema de prototipicidade destas variantes seria o apresentado no esquema da Figura 4.4.

**Figura 4.4.**

**Esquema de prototipicidade das unidades, como nomes de acção, na primeira fase do português arcaico**

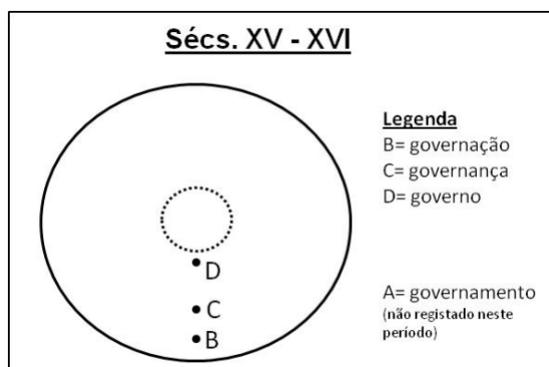


Sendo todos nomes abstractos plenos nos séculos XIII e XIV, a representatividade de *governo* seria a maior, e portanto esta forma encontrava-se como a mais saliente. *Governoamento* ocuparia o segundo lugar e *governança*, com apenas uma ocorrência entre os séculos XIII e XIV, o terceiro.

Nos séculos XV e XVI o esquema já apresenta uma configuração diferente:

**Figura 4.5.**

**Esquema de prototipicidade das unidades, como nomes de acção, na segunda fase do português arcaico**



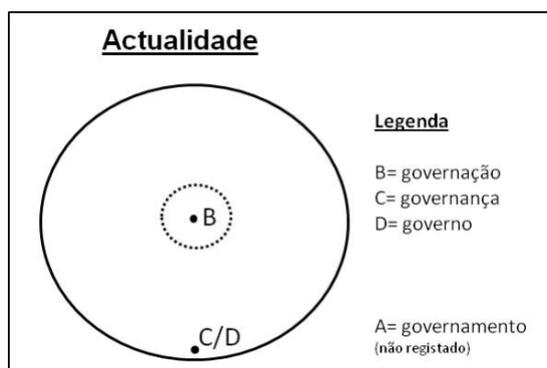
Considerando o número de ocorrências, encontramos *governo* no topo seguido de *governança*. *Governoamento* desaparece e *governação* surge com duas ocorrências. No

entanto, o facto de tanto *governo* como *governança* iniciarem neste período um processo de especialização de nomes abstractos para nomes concretos afasta-os do centro prototípico de nomes de acção deverbais. A variante *governação* surge no século XV como abstracto pleno, dando-se início à evolução que vai conduzir à ocupação por parte desta variante do lugar de destaque no esquema prototípico de *nomina actionis* com base em [govern]<sub>v</sub>.

Conclui-se então que, no final do século XVI, a resolução da variação encontrada com os deverbais de acção de [govern]<sub>v</sub> começa a tomar forma: *governo* começa a perder a sua posição enquanto nome de acção saliente e *governação* começa a surgir como abstracto pleno. Na actualidade, encontramos *governação* como a forma mais saliente, com *governo* e *governança* a ocupar a periferia do paradigma de nomes de acção de [govern]<sub>v</sub>.

**Figura 4.6.**

**Esquema de prototipicidade das unidades, como nomes de acção, na actualidade**



A motivação para esta resolução pode ser explicada à luz de critérios de ordem cognitiva. A reorganização do paradigma de operadores de RFP ACT que teve início no século XV e que levou ao estabelecimento de -ção como sufixo cognitivamente saliente na formação de deverbais de acção, bem como ao afastamento de -nça para a periferia, influenciou a selecção das unidades corradicais com base em [govern]<sub>v</sub>. Sendo o sufixo cognitivamente mais saliente, acabou por ser este o seleccionado para nome de acção com base em [govern]<sub>v</sub>. Essa selecção foi facilitada pelo facto de *governo* ter começado a abandonar, a partir do século XVI, a posição de nome de acção nesta base, devido ao processo de especialização que sofreu e sobre a qual trataremos na secção seguinte.

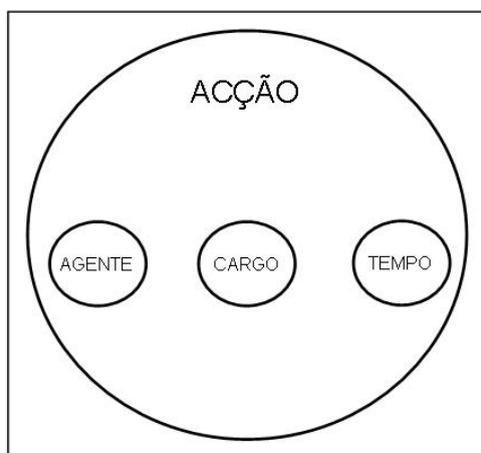
#### 4.2.4. - *Governo* – análise semasiológica

Conforme foi referido no capítulo anterior, *governo* sofreu uma especialização semântica que assistiu à sua passagem de nome de acção para nome concreto (predominantemente), com todas as consequências sintácticas e argumentais que tal alteração de significado acarreta. Uma análise superficial ou sincrónica desta mudança semântica não detectará mais do que uma simples transferência de sentido do acto em si para o actante, aquele que realiza a acção. No entanto, uma abordagem diacrónica cognitiva deste tipo de mudança poderá ser reveladora de importantes conexões cognitivas que podem explicar melhor este fenómeno.

*Governo* surge inicialmente como deverbais parafraseável por “acção de governar”. O núcleo semântico deste termo é portanto “acção de V”, sendo que essa acção implica a actuação de outros elementos: Acção pressupõe um determinado Agente em determinado Cargo, num Período específico. A Figura 4.7. mostra a relação semântica entre estes traços.

**Figura 4.7.**

#### **Complexo semasiológico de *governo* na primeira fase do português arcaico**



O enfoque semântico está na acção realizada, a qual tem inerente as dimensões de Agente, Cargo e Tempo.

A partir do século XVI, verifica-se um deslocamento do enfoque semântico da Acção para o Agente da acção, para o Cargo e para o Tempo da acção. Assim, para além do sentido de acção, encontramos no século XVI a palavra *governo* com outras acepções semânticas:

### 1. Agente – “Aqueles que V”

- (17) - “Não tardou o Arcebispo em propor ao **governo** e magistrados da vila de Viana o que tinha tratado com o Provincial (...)”<sup>27</sup>
- (18) - “(...) em nenhum governo há ministro diligente, se o que é cabeça é descuidado ou pouco vigilante (...)”<sup>28</sup>

### 2. Tempo – “período no qual se V”

- (19) - “E assim ficaram as cousas por então, porque o que mais sucedeo se conta na sexta Decada no governo de D. João de Castro, de cujo tempo são.”<sup>29</sup>
- (20) - “E pois por aqui acabamos esta quinta Decada, e o tempo do Govemo de Martim Affonso de Sousa (...)”<sup>30</sup>

### 3. Cargo – “função na qual se V”

- (21) - “(...) dando primeiro ordem a muitas cousas, deixando o governo entregue ao Bispo, e ao Capitão da Cidade, que era D. Garcia de Castro (...)”<sup>31</sup>
- (22) - “(...) em quanto governou a Rainha D. Catarina por seu neto D. Sebastião, e algum tempo depois dele tomar o governo.”<sup>32</sup>

Verifica-se portanto uma reorganização dentro da estrutura semântica da palavra que se traduz na maior saliência do Agente, do Cargo e do Tempo da acção por meio de um deslocamento do enfoque semântico. Para além da significação de "acção de V", governo passa a ter acepções de "aqueles que V", "período no qual se V" e "função na qual se V".

---

<sup>27</sup> *Vida Frei Bert.* (s. XVI), 121

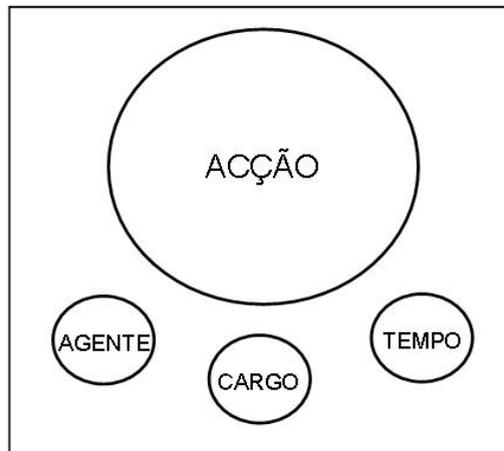
<sup>28</sup> *Vida Frei Bert.* (s. XVI), 85

<sup>29</sup> *Déc.* (s. XVI), Quinta Década, livro décimo, Capítulo X, 179

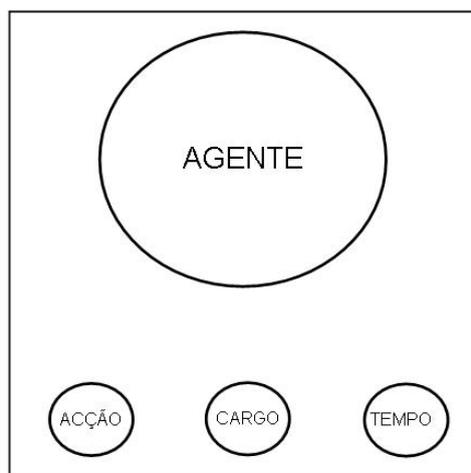
<sup>30</sup> *Déc.* (s. XVI), Quinta Década, livro décimo, Capítulo XI, 181

<sup>31</sup> *Déc.* (s. XVI), quinta década, livro nono, Capítulo VII, 94

<sup>32</sup> *Déc.* (s. XVI), quinta década, livro décimo, Capítulo XI, 183

**Figura 4.8.****Complexo semasiológico de *governo* no final do português arcaico**

O esquema semasiológico de *governo* continua a desenvolver-se depois do período arcaico, e na actualidade apresenta já uma configuração diferente. Actualmente, o uso desta unidade com sentido de “acção de V” é esporádico, tal como a sua utilização nas acepções de Cargo e Tempo, sendo utilizada maioritariamente com sentido de Agente (“grupo dos que V”). Verifica-se mais uma vez um desenvolvimento da estrutura semasiológica que se traduziu na movimentação do seu centro prototípico, sendo que o enfoque no Agente da acção passou a sentido nuclear da unidade, empurrando para a periferia os sentidos de Acção, Tempo e Cargo.

**Figura 4.9.****Complexo semasiológico de *governo* na actualidade**

Poderá ser possível explicar a saliência desta significação se tivermos em conta a noção de que as Regras de Formação de Palavras se entrecruzam. Graça Rio-Torto defende que as Regras de Formação de Palavras assentam numa «estrutura de parecença de família, em que as regras mantêm relações não apenas bilaterais, mas também plurilaterais» (Rio-Torto, 1998: 131). Abordando especificamente a questão dos deverbais, Graça Rio-Torto explica que «parece haver uma relação de parecença de família entre os produtos da RFP AG e da RFP ACT, já que as intersecções entre agentivo, instrumental e locativo que foram constatadas no âmbito da RFP AG também se fazem sentir no âmbito da RFP ACT» (Rio-Torto, 1998: 119-120). Assim sendo, a leitura de *governo* como Agente estaria na periferia da estrutura semasiológica desta palavra mas seria uma leitura saliente noutro tipo de produtos, os resultantes de RFP AG. Cognitivamente reconhecida por se situar na intersecção entre duas RFPs, esta leitura sobreviveu e acabou por ocupar uma posição central na estrutura semasiológica de *governo*.

#### 4.3. - Conclusões

Neste capítulo procurámos explorar o peso das motivações cognitivas na resolução da situação de variação sufixal que se verificava no início do período do português arcaico com os deverbais de acção com base em [govern]<sub>v</sub>. A partir da análise de todo o paradigma de operadores da RFP ACT, verificámos que a mudança na selecção das unidades se baseou na reorganização do mapa de prototipicidade deste paradigma, ao abrigo da qual o sufixo -ção ganhou saliência em detrimento de -mento, e o sufixo -nça passou para uma posição periférica, por oscilar entre formador de nomes de acção e de nomes de estado. Enquanto sufixo mais cognitivamente saliente, -ção foi o seleccionado para a base [govern]<sub>v</sub>. *Governo* também foi alvo de uma reorganização semasiológica que viu o enfoque semântico passar da Acção para o Agente, Cargo e Tempo da acção, acabando por seleccionar Agente como o sentido mais prototípico. Essa reorganização poderá ser explicada pela rede conceptual identificada entre as RFPs, nomeadamente a RFP AG e a RFP ACT, cujos traços locativo, agentivo e instrumental se entrecruzam. Este processo teve início já no final do período do português arcaico e continuou a desenvolver-se até à actualidade.

---

## Capítulo 5.

### Motivações sociolinguísticas para a mudança

Nos capítulos anteriores procurámos explicar a mudança associada à resolução da variação sufixal encontrada nos nomes de acção com base em [govern]<sub>v</sub>, durante o português arcaico, tendo em conta motivações linguísticas e cognitivas. Mas um estudo sobre variação e mudança não pode deixar de incluir uma análise sociolinguística, visto ser esta a corrente linguística que mais destaque dá aos estudos de variação. Nesse sentido, o intuito deste capítulo é identificar possíveis motivações sociais para a selecção sufixal a que se assistiu no conjunto corradical seleccionado. Para tal, após uma introdução teórica sobre a Sociolinguística, e nomeadamente sobre a Sociolinguística histórica, proceder-se-á ao estudo das ocorrências das unidades corradicais em articulação com as fontes em que surgem, no sentido de identificar o maior ou menor prestígio de cada uma das formas e a sua relevância na selecção diacrónica verificada.

#### *5.1. – Enquadramento teórico*

O início da Sociolinguística pode situar-se na década de 60 com os estudos de William Labov sobre a língua falada na cidade de Nova Iorque. As investigações de Labov mostraram que, ao estudar-se a variação num determinado espaço e tempo, considerando diversas faixas sociais e etárias, é possível acompanhar-se as mudanças que estão em curso nesse momento, as chamadas mudanças em tempo aparente. Por outro lado, o seu trabalho evidenciou ainda que a variação adquire alguma sistematicidade quando relacionada com variáveis sociais, pelo que se torna imprescindível a introdução de factores sociais nos estudos sobre a língua.

No âmbito da Sociolinguística, a língua é estudada pela fala e em articulação com a comunidade de falantes, salientando-se características como a heterogeneidade e a variação linguística. O falante tem aqui um papel fundamental, não só a nível individual, como criador de mudanças, mas também a título colectivo, integrado num grupo social capaz de emitir juízos de valor sobre a língua que fala. Apesar de o surgimento da mudança ser um acto subconsciente do falante, a sua difusão já não o é; a consciência linguística do falante permite-lhe fazer escolhas tendo em conta o prestígio

de determinadas formas em detrimento de outras na comunidade de fala em que está inserido.

Embora os estudos de Sociolinguística se tenham inicialmente dedicado à análise sincrónica dos actos de fala das comunidades, para a identificação de mudanças em tempo aparente, a metodologia pode igualmente ser aplicada a estudos de fases passadas da língua. Segundo o Princípio de Uniformidade citado por Labov:

«(...) las fuerzas que actúan para producir el cambio lingüístico en la actualidad son de la misma categoría y orden de magnitud que las que han actuado en los cinco o diez años pasados (...)»  
(Labov, 1983: 342)

O autor defende que os estudos de mudança em tempo aparente possibilitam a inferência de explicações para as mudanças passadas. No entanto, salienta a dificuldade da aplicação dos métodos das investigações sociolinguísticas a fases passadas da língua. A vantagem da análise histórica da mudança reside em já conhecermos o resultado final do processo. Todavia, são numerosas as dificuldades que nos apresentam os materiais disponíveis para análise. Para além das limitações evidenciadas no capítulo introdutório e que se prendem com a parcialidade das fontes documentais e com a relação entre a oralidade e a escrita, especificamente no âmbito dos estudos de Sociolinguística a análise de textos históricos acarreta ainda mais problemas. Por um lado, não existem registos fonéticos que permitam confirmar até que ponto a escrita revela características da oralidade da época; por outro, a informação de que dispomos sobre a posição social dos escritores e sobre a estrutura social da comunidade é precária, não permitindo uma análise sociolinguística baseada em factores inteiramente sociais (Labov, 1994: 10-11).

Também Clarinda Maia chama a atenção para as limitações impostas pelos dados que estão ao dispor do linguista histórico, sobretudo quando se pretende uma análise articulada com factores sociais. Uma das limitações apontadas é o carácter parcial dos materiais - os textos produzidos em épocas mais antigas eram elaborados pela diminuta fracção da comunidade de falantes que sabia escrever, pelo que os textos produzidos representam apenas uma parte muito restrita da comunidade de falantes. Além disso, de todos os textos produzidos, apenas uma pequena parte chegou até aos dias de hoje, pelo que a sua capacidade representativa da comunidade de falantes da época é ainda mais reduzida. (Maia, 2002: 234).

Ainda que a investigação histórica sociolinguística possa estar limitada devido à pouca informação de que se dispõe relativamente à comunidade de falantes, é um tipo de investigação relevante que pode trazer importantes revelações na análise da motivação de determinadas mudanças ocorridas na língua. Na secção que se segue, através da observação das fontes documentais em que se verificaram ocorrências das unidades corradicais com base em [govern]<sub>v</sub>, procurar-se-á verificar a importância dos factores sociais na selecção sufixal a que se assistiu e que teve início já no período arcaico.

## 5.2. - Análise das unidades corradicais

**Figura 5.1.**

**Número de ocorrências das unidades por fonte textual**

Séc.	Fonte textual	Governança	Governamento	Governo	Governança
XIII	<i>Afonso X, Foro Real</i>			4	
XIV	<i>Tx. Notariais Galiza e Noroeste de Portugal – 1301 - 1399</i>			1	
	<i>Crónica Geral de Espanha</i>		2		
	<i>Crónica de Afonso X (Ms P)</i>				1
XV	<i>Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela</i>				3
	<i>Castelo Perigoso</i>				1
	<i>Orto do Esposo</i>			1	
	<i>Leal Conselheiro</i>				8
	<i>Crónica do Conde D. Pedro de Meneses</i>	1		1	9
XVI	<i>Crónica dos Reis de Bisnaga</i>			4	
	<i>Vida e Feitos d'El Rey D. João Segundo</i>	1			7
	<i>Décadas</i>			9	8
	<i>A vida de Bertolameu dos Mártires</i>			31	1

A Figura 5.1. apresenta a distribuição das ocorrências pelas fontes textuais analisadas. A análise das fontes será realizada por palavra, conforme se segue.

### - Governamento

Esta variante surge duas vezes na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, não ocorrendo em nenhum dos outros textos analisados. Embora este texto se encontre datado como pertencendo ao século XIV, é preciso notar que a versão que nos apresenta Lindley

Cintra é de cerca de 1400, e é uma versão que Cintra suspeita ter sido livremente adaptada pelo redactor (Cintra, 1951: XXXVI). A ocorrência de *governo* apenas numa obra não nos permite concluir que esta forma fosse utilizada na oralidade pelos falantes; no entanto, a sua ocorrência pode revelar que o sufixo era reconhecido e produtivo ao ponto de surgir em bases que já tinham outras variantes estabelecidas.

#### - Governação

*Governação* aparece no século XV na *Cr. P. Meneses* e novamente no século XVI, em *Vida e Feitos*. Em ambas as obras aparece em co-ocorrência com outras formas: na *Cr. P. Meneses* co-ocorre com *governo* e com *governança*, e na *Vida e Feitos* apenas com *governança*. A frequência de ocorrência de *governança* é superior em ambas as obras. *Cr. P. Meneses* é uma obra datada do século XV, mas a cópia principal em que se baseou Brocardo na sua transcrição será provavelmente do século XVI. Nesta obra, tanto *governança* como *governação* têm uma significação de "administração", ao passo que *governo* surge com sentido de "sustento", parecendo mostrar que nesta obra os deverbais, embora fossem abstractos, se diferenciavam tendo em conta a polissemia do verbo<sup>33</sup>.

(23) – “(...) pera poer primçipes na terra, assy como rreis, & duques, & comdes, com todolos outros que pera bo~a governança & rregimemto do mundo pertemçe~ (...)”<sup>34</sup>

(24) – “(...) tornou a rrepetir o que lhe amte dissera, emcomendando-lhe os fidallgos que sou sua governança~o ficava~, que os tratasse com toda homrra & favor (...)”<sup>35</sup>

(25) – “(...) & bem como se faz amtre a bamda das aves myudas, que se acostuma~ajuntar nos tempos frios pera hyre~ buscar seu gov(er)no as arvores frutyferas (...)”<sup>36</sup>

Por ser uma cópia, a co-ocorrência de formas nela verificada pode dever-se ao facto de o texto ter passado por mais do que uma mão.

<sup>33</sup> Noutras obras, no entanto, também *governança* apresenta significação de "sustento".

<sup>34</sup> *Cr. P. Meneses*, L1, C8, P039.

<sup>35</sup> *Cr. P. Meneses*, L1, C9, P042.

<sup>36</sup> *Cr. P. Meneses*, L1, C44, P216.

*Vida e Feitos*, uma narrativa histórica do século XVI e cuja versão utilizada por Verdelho parece ser a original, apresenta-nos *governação* em co-ocorrência com *governança*, com o mesmo sentido: "administração".

(26) – “E por consentimento d' el-rey seu pay deixou o regimento e governança do reino aa princesa Dona Lianor sua molher (...)”<sup>37</sup>

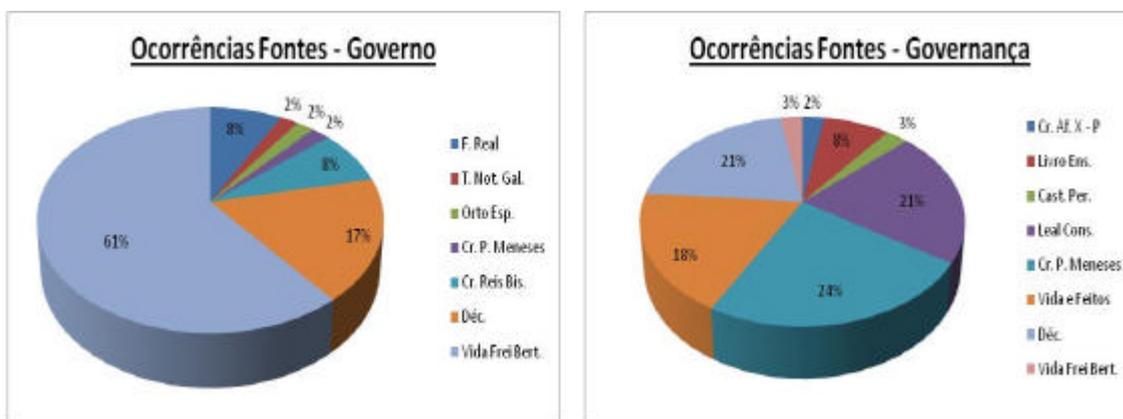
(27) – “De como o principe ficou em Portugal com a governaçam do reyno”<sup>38</sup>

Neste caso, por se tratar de um original, pode afirmar-se com mais certeza a variação entre estas duas formas. A maior frequência de ocorrência de *governança* sobre *governação* e o surgimento desta segunda forma sempre em co-ocorrência com outras formas parece apontar para a possibilidade de esta mudança estar, no final do período arcaico, ainda no seu início. Nos períodos seguintes, *governança* irá perder representatividade em detrimento de *governação*.

#### - Governança

**Figura 5.2.**

**Distribuição percentual de ocorrências pelas fontes, por variante**



Os dados de *governo* e *governança* nas Figuras 5.1. e 5.2. evidenciam desde logo um facto interessante: *governança* parece ter uma ocorrência mais distribuída do que *governo*, sobretudo no século XV (cf. Figura 5.1.), o que pode ser significativo de uma maior utilização desta variante na oralidade.

<sup>37</sup> *Vida e Feitos*, 299-301.

<sup>38</sup> *Vida e Feitos*, 210.

Ambos os textos de D. Duarte, *Livro Ens. e Leal Cons.* (ambos versões originais), apresentam apenas a variante *governança*. Esta forma surge também, no século XV, no *Cast. Per.*, mas, sendo esta uma tradução do francês, pode admitir-se a hipótese de haver aqui influência da forma francesa. Por fim, e como já foi referido, surge na *Cr. P. Meneses* em co-ocorrência com *governação* e *governo*, mas com maior representatividade do que estas formas. No século XVI, surge em *Vida e Feitos*, também em co-ocorrência com *governação*, e em *Décadas* e *Vida Frei Bert.*, onde co-ocorre com *governo*. Conforme já foi afirmado, em *Vida e Feitos* o sentido de ambas as unidades é o mesmo e, visto tratar-se de uma obra original, este facto é significativo como exemplo de variação. *Décadas* é também uma narrativa histórica, cuja versão a que temos acesso é a original, embora existam dúvidas quanto à autoria dos diferentes manuscritos (a Oitava Década terá sido passada pelos herdeiros de Diogo de Couto). Nesta obra, a percentagem de ocorrência de *governança* é quase igual à de *governo*, e em ambas as formas verificam-se ocorrências com acepções eventivas, resultativas e figurais. Em *governança*, no entanto, verifica-se também quatro ocorrências com sentido concreto, sinónimo de "área administrativa".

(30) – “É repartida esta Ilha grande em cincoenta e seis governanças.”<sup>39</sup>

É interessante notar-se aqui não só co-ocorrência das duas formas quase em número idêntico, mas também a oscilação semântica, verificada em ambas as formas. Estes dados evidenciam a incerteza existente relativamente à forma do deverbal mas também relativamente à sua significação, mostrando que a evolução semântica teria já começado a desencadear-se.

A obra *Vida Frei Bert.* apresenta apenas uma ocorrência de *governança*, pelo que dela trataremos em seguida, nos dados de *governo*.

#### - Governo

Como já foi referido a propósito dos dados de *governança*, as ocorrências de *governo* são menos distribuídas pelas fontes textuais. Dos sete textos em que ocorre, 3 deles têm apenas uma ocorrência e, do total de ocorrências de *governo* pelos quatro séculos, 61% devem-se a uma obra, a *Vida Frei Bert.*.

---

<sup>39</sup> *Déc.* (s. XVI), Quinta Década, livro oitavo, Capítulo XII, 32.

Esta variante ocorre pela primeira vez no século XIII em *F. Real*, uma obra legislativa traduzida para o português na segunda metade do século. Também no século XIV a sua ocorrência se resume aos textos notariais, em *T. Not. Gal.* (datados de: 1301-1399). No século XV, as duas ocorrências correspondem a cópias. Em *Cr. P. Meneses* surge em co-ocorrência com *governança* e *governação*, e ocorre também uma vez no *Orto Esp.* O *Orto Esp.* é uma obra de finais do século XIV, princípios do século XV, da qual não se dispõe do original. Apesar de a obra vir datada do século XV, o texto apresenta todas as características da língua da segunda metade do século XVI<sup>40</sup>. De facto, é no século XVI que esta forma apresenta mais ocorrências. Na *Cr. Reis Bis.*, uma narrativa histórica escrita por dois autores e cuja versão aqui utilizada é a original, ocorre quatro vezes, e esta é a única obra do século XVI em que *governo* ocorre sem outra variante. Em *Décadas*, como já foi explicado, ocorre com *governança*, e nesta obra é evidente a instabilidade semântica e formal do deverbal. Nesta obra, a ocorrência das duas unidades é equilibrada (têm quase o mesmo número de ocorrências), mas em *Vida Frei Bert.* o número de ocorrências de *governo* é muito superior. A *Vida Frei Bert.* é uma obra de 1556 (da qual se dispõe do original), a obra mais tardia que incluímos no nosso estudo. É uma narrativa histórica que se destaca pela simplicidade da linguagem e pelo uso de formas populares<sup>41</sup>. É, portanto, bastante significativo que a percentagem de ocorrência de *governo* seja tão marcada nesta obra, pois mostra que esta variante seria mais popular, ao passo que *governança* seria a mais culta e também a mais divulgada.

### 5.3. - Conclusões

A distribuição de ocorrências das unidades corradicais pelas diversas fontes textuais permitiu tirar algumas conclusões que nos parecem pertinentes para explicar a selecção neste grupo de unidades corradicais à luz de motivações sociais.

A forma *governo* surge apenas numa obra, pelo que não podemos afirmar que fosse utilizada na oralidade, mas o seu surgimento numa base já ocupada por outros sufixos pode evidenciar a produtividade do sufixo. *Governação* surge sempre em co-ocorrência com outras formas. No séc. XV surge numa obra cuja versão de que dispomos é uma cópia datada provavelmente do século XVI, podendo portanto ser reveladora da realidade linguística do século XVI e não do século XV. A ser assim, o

<sup>40</sup> Cf. Dic. Med., pp. 315 – 317)

<sup>41</sup> Cf. Introdução à obra de Anibal Pinto de Castro.

surgimento de *governança* coincide com o processo de relatinização que se verificou nesta época e que levou à preferência de formas latinas (*governança* pode ser identificada como a forma etimológica, proveniente de *gubernatio*, *-onis*).

Com *governança* e *governo*, verifica-se uma distribuição sociolinguística interessante. Pela sua ocorrência em obras mais cultas, nomeadamente nas duas obras de D. Duarte, *governança* parece ter sido a forma mais prestigiada na época em estudo. Este facto é corroborado pelo facto de *governo* surgir com mais representatividade em textos não literários e na *Vida Frei Bert.*, uma obra de cariz marcadamente popular. O facto de a distribuição de *governo* ser menos significativa, e de ocorrer em textos não literários, poderá ser indicativo de que haveria uma tendência para suprimir o seu uso nas esferas mais cultas.

A distribuição social que se verificou neste conjunto de unidades corradicais corrobora em certa medida as informações que nos chegam dos gramáticos históricos relativamente aos sufixos aqui em análise, excepto para *-nça*, como se verá de seguida.

Os comentários de Fernão de Oliveira na sua gramática mostram que, no século XVI, o sufixo *-mento* já era considerado um sufixo antigo (Oliveira, 1975 [1536]: 108). Ainda a propósito do sufixo *-mento*, Said Ali explica que «quando começa a prevalecer o gosto quinhentista, desde logo se nota o desuso de muitos dos ditos vocabulos [em *-mento*]» (Said Ali, 1923: 16), dando-se preferência a outras terminações. Said Ali salienta ainda o cariz popular de *-nça* comparativamente a *-ncia* (Said Ali, 1964 [1931]: 234), e Piel considera que este sufixo actualmente tem um «ligeiro sabor depreciativo ou familiar» (Piel, 1940: 25). Este autor refere-se também a *-ção*, explicando que este é o sufixo de excelência para exprimir a ideia abstracta pura, sendo a maioria dos verbos de base do sufixo de origem erudita (Piel, 1940: 21).

De facto, o surgimento das gramáticas no século XVI e o seu efeito normativo não podem ser ignorados, e terão certamente impulsionado uma visão mais prestigiada das formas clássicas durante o período do Renascimento, resistindo às formas consideradas mais populares. Pelo que os dados acima apresentados nos confirmam, a forma *governo* apenas nos surge no século XIV, e talvez tenha sido suprimida por ser considerada já no século XVI uma forma antiga. Já *governança* parece ser no período do português arcaico a forma prestigiada, ao contrário do que se esperava pelas informações dos gramáticos históricos. Todavia, o maior prestígio de *governança* pode

dever-se a uma associação com o francês antigo *gouvernance*<sup>42</sup>. Será então depois do século XVI que esta forma irá perder prestígio a favor da forma *governança*. Relativamente a *governo*, esta variante surge como a forma popular, e talvez esse facto tenha facilitado a sua evolução semântica no sentido de uma especialização (a forma terá em certa medida escapado ao efeito conservador das esferas mais cultas). Quanto a *governança*, a sua ocorrência parece estar em consonância com o período de relatinização que atribuiu maior prestígio às formas tidas como etimológicas.

---

<sup>42</sup> Conforme o defendido pelo Dicionário Etimológico de Machado.

---

## Capítulo 6.

### Conclusão

O presente trabalho teve como base um estudo diacrónico do paradigma genolexical operante na RFP ACT. Sendo o período arcaico marcado pela diversidade e variação nas unidades lexicais, foi este o período seleccionado para o estudo que aqui se propôs levar a cabo. Através da análise evolutiva de um grupo de unidades corradicais representativo dos sufixos em operação na Regra de Formação de Palavras supramencionada – *governação*, *governança*, *governo*, *governo* – procurou-se contribuir para a periodização do fenómeno da reorganização do paradigma sufixal formador de nomes deverbais de acção, mas sobretudo tentou-se identificar as motivações que poderão ter conduzido a essa reorganização. Foi feita uma recolha de todas as ocorrências das quatro unidades lexicais num conjunto de documentos tipologicamente diversificados do período arcaico, e o *corpus* composto por este material foi analisado tendo em conta três diferentes perspectivas – interna, cognitiva e sociolinguística – favorecendo uma análise interaccional da evolução.

Relativamente à questão da periodização do fenómeno de reorganização do paradigma sufixal, verifica-se, no segundo capítulo e seguintes, que o período arcaico corresponde, neste grupo de unidades corradicais, às fases da mudança que Coseriu identifica como “inovação” e “difusão”: a representatividade de *governança* começa a diminuir, *governação*, que será posteriormente a forma mais saliente, surge no século XV, embora ainda com pouca representatividade, e *governo* desaparece depois do século XIV. Quanto a *governo*, a forma que vai sofrer especialização semântica, verifica-se um aumento de representatividade, mas deve ter-se em conta que, no século XVI, muitas das ocorrências apresentam já uma acepção concreta. Ainda que esta mudança tenha começado a ganhar forma no português arcaico, ela não ficou resolvida neste período e, se olharmos para a actualidade, notamos que ainda não se deu o abandono total das formas *governo* e *governança* enquanto nomes de acção, embora a sua utilização actual seja muito residual. Podemos no entanto afirmar que o período arcaico terá sido decisivo para a configuração da mudança que se verificou neste conjunto de unidades.

No terceiro capítulo, procurou-se demonstrar que as motivações internas de simplificação linguística tiveram influência sobre a evolução das unidades em análise.

Verificámos que as unidades corradicais foram alvo de simplificação (redução do número de formas e resolução da isofuncionalidade), a qual poderá ter tido por base factores de ordem linguística: a transparência de *governança* e opacidade de *governo*, as relações paradigmáticas com os outros produtos do mesmo sufixo (declínio de representatividade de produtos em -mento e aumento de produtos em -ção; difusa identidade dos produtos em -nça), as relações argumentais com outros elementos da frase (polivalência de *governança* e sua relação com a estrutura argumental), e combinatórias preferenciais (preferência dos verbos de sufixo -iz- e -ific- pelo sufixo -ção).

No quarto capítulo, a análise concentrou-se na identificação das motivações de ordem cognitiva que podem ter levado à mudança identificada nestas unidades. Verificou-se então que a evolução do conjunto corradical em análise se deveu a uma reorganização do seu esquema de prototipicidade, também identificado em todo o paradigma sufixal formador de deverbais de acção, e que as associações conceptuais entre as várias RFPs poderão ter contribuído para essa reorganização.

Por fim, o quinto capítulo tentou demonstrar a influência de factores sociais na evolução deste conjunto de unidades. Destacou-se o processo de relatinização a que se assistiu durante o Renascimento como factor importante na preferência pela forma *governança*. A partir das opiniões dos gramáticos históricos parece defender-se uma preferência deste sufixo sobre os outros sufixos deverbais formadores de nomes de acção, o que pode indicar que este seria o sufixo mais prestigiado. Segundo os gramáticos, o sufixo considerado mais popular seria -nça, até pela sua associação contrastiva com a forma culta -ncia, mas os dados analisados parecem apontar para o facto de que *governança* era a forma preferida das camadas mais cultas, sendo *governo* a forma mais popular. O prestígio de *governança* poderá advir da sua associação com a forma do francês antigo *gouvernance*. De qualquer modo, ainda que se possa destacar o prestígio do sufixo -ção como motivação para o aumento de representatividade desta unidade, não se pode afirmar que até ao final do século XVI *governança* seria uma forma popular e portanto desprestigiada. O carácter mais popular de *governo*, evidenciado pelos dados, poderá ter contribuído para a sua especialização, já que estaria mais afastado do conservadorismo das camadas mais cultas.

A articulação das abordagens interna, cognitiva e sociolinguística aplicada à análise evolutiva deste conjunto de unidades permite concluir que a mudança linguística pode ser explicada sob diferentes perspectivas sem que estas sejam mutuamente exclusivas.

Pelo contrário, a análise aqui efectuada parece mostrar que as diferentes abordagens só podem ser plenamente exploradas quando vistas em articulação. Os factores internos de simplificação, com preferência pela transparência formal, semântica e relacional, apontados como motivadores da mudança, estão inegavelmente ligados aos factores cognitivos de saliência e percepção, e estes estão por sua vez ligados à consciência linguística do falante. Neste caso concreto, a crescente representatividade do sufixo -ção, aliada à transparência dos seus produtos, levou a que este fosse o sufixo mais cognitivamente saliente do conjunto e se tornasse o sufixo prototípico dos nomes de acção deverbais. Essa saliência conduz a uma maior consciência do falante relativamente ao sufixo, permitindo a criação de mais produtos com o mesmo operador. Neste caso, podendo *governança* ser associado à forma etimológica, o seu prestígio permitiu a sua sobrevivência como nome de acção pleno.

Os dados empíricos mostram justamente a interactividade das diferentes abordagens no estudo da mudança linguística: os factores cognitivos podem influenciar o surgimento de mudanças, mas essas mudanças estão condicionadas pela estrutura interna da língua. Quanto à difusão das mudanças, esta está dependente de factores sociais de prestígio. No fundo, este tipo de abordagem faz todo o sentido se tivermos em conta que a própria língua e o fenómeno da mudança são multifacetados. A língua, enquanto *meio de comunicação*, tem de ter um sistema interno eficaz para melhor servir essa função. Por outro lado, a língua é também um *meio cognoscitivo*, e nesse sentido deverá permitir uma organização cognitiva flexível e permeável, para melhor acompanhar o indivíduo no seu percurso ontogénico e filogénico. Mas a língua serve também de *meio de identificação social*, e portanto está sujeita a diversas pressões a este nível. A mudança linguística é um reflexo desta pluralidade, e neste sentido reflecte também ela uma natureza sistémica, cognitiva e social.

O presente estudo dedicou-se apenas a um único conjunto de unidades corradicais, e as conclusões aqui tiradas não podem ser vistas senão como um “estudo de caso”, não sendo suficientes para explicar todo o fenómeno de reorganização do paradigma sufixal, até porque nem todos os casos de variação tiveram uma resolução idêntica. Para melhor compreender este fenómeno, seria útil o estudo de outros conjuntos corradicais, não só no português mas também noutras línguas, e identificar as motivações actantes em cada um dos casos. Por outro lado, seria também relevante alargar o escopo de análise para além do português arcaico, até à actualidade, e incluir possivelmente outro tipo de

motivações, nomeadamente motivações de ordem fonológica, pragmática, etc. Por fim, é de salientar ainda a importância de um estudo comparativo da evolução das formas entre o português europeu e o português do Brasil, o qual produziria certamente dados significativos para a explicação do fenómeno que foi a reorganização do paradigma sufixal de que foi alvo a língua portuguesa.

---

## Bibliografia

- ALEXIADOU, Artemis e Grimshaw, Jane (2008) – «Verbs, nouns and affixation». In: Working Papers of the SFB 732 *Incremental Specification in Context* 01. Schäfer: Forian, 1-16. Disponível em: [http://rulinguistics101.org/page/SinSpeC1\\_1\\_AlexiadouGrimshaw.pdf](http://rulinguistics101.org/page/SinSpeC1_1_AlexiadouGrimshaw.pdf)
- ANDERSON, James (1973) – *Structural Aspects of Language Change*. London: Longman Group Limited.
- ARONOFF, Mark (1976) – *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge: The MIT Press.
- BLOOMFIELD, Leonard (1957 [1935]) – *Language*. London: Allen and Unwin.
- BROCARDO, Maria Teresa (1995) – «As variantes como objectos de estudos linguísticos diacrónicos». In: Ruffino, G. (ed.) – *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Rromanza*, Vol VI, Tübingen: Max Niemeyer, 47-57.
- BROCARDO, Maria Teresa (2008) – «Polissemia e mudança linguística». In: Correia, Clara Nunes (org.) – *Cadernos WGT*. Lisboa: CLUNL, 5-11. Disponível em: [http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/cadernos/tb\\_pol.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/cadernos/tb_pol.pdf)
- BASÍLIO, Margarida (1980) – *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Editora Vozes.
- CAETANO, Maria do Céu (2008) – «Rivalidade Sufixal e Polissemia». In: Correia, Clara Nunes (org.) – *Cadernos WGT*. Lisboa: CLUNL, 23-35. Disponível em: [http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/cadernos/cc\\_pol.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/cadernos/cc_pol.pdf)
- CAETANO, Maria do Céu & BROCARDO, Maria Teresa (2005) – «Festa e festança sem *festividade*: aspectos diacrónicos da sufixação em português». In: Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas 17. Lisboa: Edições Colibri, 109-123.
- CAETANO, Maria do Céu (2003) – *A formação de palavras em gramáticas históricas do português. Análise de algumas correlações sufixais*. Dissertação de Doutoramento pela Universidade Nova de Lisboa.
- CAETANO, Maria do Céu (2002) – «Análise de algumas mudanças do sistema sufixal nominal do português». In: *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, APL, 91-99.
- CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso (1996 [1970]) – *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Editora Vozes.
- CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso (1976) – *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.

- CARDEIRA, Esperança (2005) – *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- CASTRO, Ivo (1993) – «A elaboração da língua portuguesa o tempo do Infante D. Pedro». In: *Biblos* 69, 97-106.
- COLEMAN, Linda & KAY, Paul (1981) – «Prototype semantics: the English word *lie*». In: *Language* 57, 26-44.
- COSERIU, Eugenio (1979) – *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença: Editora da Universidade de São Paulo. Título original: *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico*.
- CRUSE, David (1986) – *Lexical Semantics*. New York: Cambridge University Press.
- DWORKIN, Steven (2006) – «Recent Developments in Spanish (and Romance) Historical Semantics». In: Face, Timothy; Klee, Carol (ed.) – *Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 50-57.
- GEERAERTS, Dirk (2006) – «A rough guide to Cognitive Linguistics». In: Geeraerts, Dirk (ed.) – *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1-28.
- GEERAERTS, Dirk (1997) – *Diachronic Prototype Semantics: A Contribution to Historical Lexicology*. Oxford: Clarendon Press.
- GEERAERTS, Dirk; GRONDELAERS, Stefan; BAKEMA, Peter (1994) – *The Structure of Lexical Variation: Meaning, Naming and Context*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- GRIMSHAW, Jane (1990) – *Argument Structure*. Massachusetts: MIT Press.
- KERSWILL, Paul & WILLIAMS, Ann (2002) – «‘Salience’ as an explanatory factor in language change: evidence from dialect levelling in urban England». In: Jones, Mari C. & Esch, Edith (ed.) – *Language Change: The Interplay of Internal, External and Extra-Linguistic Factors*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 81-110.
- LABOV, William (1994) – *Principles of Linguistic Change. Vol. 1: Internal Factors*. Oxford: Blackwell Publishers.
- LABOV, William (1983) – *Modelos sociolingüísticos*. Traducción de José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Ediciones Cátedra, SA. Título original: *Sociolinguistic Patterns*.
- LABOV, William (1971) – «Some principles of linguistic methodology». In: *Language in Society* 1, 97-120.

- LAKOFF, George (1987) – *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about de mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- LANGACKER, Ronald (1991) – *Foundations of Cognitive Grammar. Volume II - Descriptive Application*. Stanford : Stanford University Press.
- LEPSCHY, Giulio (1971) – *A Linguística Estrutural*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- LUCCHESI, Dante (1998) – *Sistema, Mudança e Linguagem*. Lisboa: Edições Colibri.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (2002) – «Dos textos escritos à história da língua». In: Separata de *Encontro de História da Língua e História da Gramática*, 231-249.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1995) – «Sociolinguística histórica e periodização linguística: algumas reflexões sobre a distinção entre *português arcaico* e *português moderno*». In: Separata de *Diacrítica* 10, 3-30.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1994) – «O Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV». In: *Biblos* 70, 33-91.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986) – *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MARTINET, André (1978) – *Elementos de Linguística Geral*. Tradução de Jorge Morais Barbosa. Lisboa: Livraria Sá da Costa. Título original: *Éléments de Linguistique Générale*.
- MARTINET, André (1955) – *Économie des changements phonétiques: traité de phonologie diachronique*. Berne: Edicions A. Francke SA.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008) – *O português arcaico: uma aproximação. Volume 1 – Léxico e Morfologia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006) – *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Editora Contexto.
- MILROY, James (2003) – «On the role of the speaker in language change». In: Hickey, Raymond (ed.) – *Motives for Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 143-157.
- NEWMAYER, Frederick J. (2003) – «Formal and functional motivation for language change». In: Hickey, Raymond (ed.) – *Motives for Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 18-36.
- NUNES, José Joaquim (1989 [1919]) – *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. Lisboa: Clássica.

- OLIVEIRA, Fernão de (1975 [1536]) – *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- PIEL, Joseph (1940) – «A formação dos substantivos abstractos em português». Separata da *Biblos 16*, Tomo 1. Coimbra, 1-29.
- RIDRUEJO ALONSO, Emilio (1989) – *Las estructuras gramaticales desde el punto de vista histórico*. Madrid: Editorial Síntesis.
- RIO-TORTO, Graça (*no prelo*) – «Morfologia lexical no português médio: variação nos padrões de nominalização». In: Lobo, T. e Venâncio, A., *Actas do ROSAE, I Congresso Internacional de Linguística Histórica*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 26-29 de Julho de 2009.
- RIO-TORTO, Graça (2008) – «Mudança genolexical: teoria e realidade». In: *Linguística* (revista de estudos linguísticos da Faculdade de Letras do Porto), Vol. 3, nº 1, 224-240.  
Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6883.pdf>
- RIO-TORTO, Graça (2001) – «Morfossintaxe e semântica dos nominais derivados». In: *Saberes no Tempo – Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Edições Colibri, 457-470.
- RIO-TORTO, Graça (1998) – *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora.
- RIO-TORTO, Graça (1996) – «Sincronia, diacronia e análise genolexical». In: *Diacrítica 11*, 227-244.
- RIO-TORTO, Graça (1994) – «Regras de formação de palavras em português: achegas para um quadro geral». In: *Diacrítica 9*, 319-342.
- RIO-TORTO, Graça (1992) – «Do ser à acção: “o facto de ser X”, “condição (estatuto) de X” e “atitude de (quem é) X”». In: Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVII, 427-456.
- RODRIGUES, Alexandra Soares (2008) – *Formação de substantivos deverbais sufixados em português*. Lincom Europa.
- RODRIGUES, Alexandra Soares (2004) – «Condições de formação de nomes postverbais em português». In: Rio-Torto, Graça (org.) – *Verbos e nomes em português*. Coimbra: Livraria Almedina, 129-185.
- RODRIGUES, Alexandra Soares (2001) – *A construção de postverbais em português*. Porto: Granito.
- ROMAINE, Suzanne (1982) – *Socio-historical Linguistics*. New York: Cambridge University Press.

- SAID ALI, Manuel (1964 [1931]) – *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos.
- SAID ALI, Manuel (1923) – *Formação de palavras e syntaxe do português histórico*. São Paulo: Companhia Melhoramentos.
- SILVA, Augusto Soares da (1999) – *A semântica de deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- SILVA, Augusto Soares da (1996) – «A mudança semântica como reorganização de protótipos. O verbo *deixar*». In: *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Braga: Universidade do Minho, 317-327. Disponível em:  
<http://www.apl.org.pt/actas/xii-encontro-nacional-da-associacao-portuguesa-de-linguistica.html>
- SLEEMAN, Petra e BRITO, Ana Maria (2007) – «Nominalization, event, aspect and argument structure: a syntactic approach». In: *Workshop on Argument Structure and Syntactic Relations*. University of the Basque Country, Vitoria-Gasteiz, May 23-25.
- TRIPS, Carola (2009) – *Lexical Semantics and Diachronic Morphology. The Development of -hood, -dom and -ship in the History of English*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- VIARO, Mário (2010) – «Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica». In: *Estudos de Linguística Galega* 2, 173-190.
- VIARO, Mário (2003) – «Para um estudo de semântica sincrônica dos sufixos derivacionais em português do século XIII». In: *Estudos Linguísticos*, Taubaté: Unitau, com. 95, CD-ROM. Disponível em:  
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/comunica/ci173.htm>
- VILELA, Mário (1994) – *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- VILLALVA, Alina (2008) – *Morfologia do português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- VILLALVA, Alina (2000) – *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Websites:

- Corpus do Português  
Davies, Mark and Michael Ferreira. (2006-) *Corpus do Português* (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX).  
<http://www.corpusdoportugues.org>
- Corpus Electrónico do CELGA - Português do Período Clássico  
Universidade de Coimbra  
<http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecpc>
- Corpus Histórico do Português Tycho Brahe  
Universidade de São Paulo  
<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/catalogo.html>
- Corpus Informatizado do Português Medieval  
Universidade Nova de Lisboa  
<http://cipm.fcsh.unl.pt/gencontent.jsp?id=4>

Dicionários:

- COELHO, Adolpho (1890) – *Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portuguesa*. Lisboa: P. Plantier.
- COROMINAS, Joan, PASCUAL, José A. (1980-83) – *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Gredos.
- COROMINAS, Joan (1954-57) – *Diccionario Critico Etimologico de la Lengua Castellana*. Madrid: Editorial Gredos.
- CUNHA, Antônio Geraldo da (1986) - *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001) - Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo.
- HOUAISS, António; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco (2003) – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas & Debates.
- LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (coord. e org.) (1993) - *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- MACHADO, José Pedro (1977 [1952]) – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Terceira Edição. Lisboa: Livros Horizonte.
- NASCENTES, Antenor (1932) – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Alves.

## Anexo I

### Lista Total de Fontes Consultadas

#### Século XIII

**Cantigas de Escárnio e Maldizer** (sem referência)

**Notícia de Torto** (ca. 1214)

Cintra, Luís Filipe Lindley (1990), *Boletim de Filologia*, vol. xxxi, pp. 37-41 (texto crítico).

**Testamento de D. Afonso II** (1214)

Costa, Pe. Avelino Jesus da (1979), *Os mais Antigos Documentos Escritos em Português*, *Revista Portuguesa de História*, 17, pp. 307-321 (dois manuscritos: Lisboa e Toledo).

**Documentos Portugueses da Chancelaria de D. Afonso III** (1255-1279)

Duarte, Luiz Fagundes (1986) *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*, Dissertação de Mestrado, f.l.u.l., pp. 68-295.

**Textos Notariais** (sem data ou datados entre 1243 e 1274)

Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada.

**Textos Notariais** (sem data ou datados entre 1260 e 1300)

Martins, Ana Maria (ed.) (1994) *Clíticos na História do Português - Apêndice Documental*, vol. 2, Dissertação de Doutoramento, Lisboa.

**Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal** (1262-1300)

Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295.

**Foros de Garvão** (1267-1280?)

Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, f.l.u.l., pp. 65-99.

**Textos Notariais** (sem data ou datados entre 1269 e 1300)

Parkinson, Stephen (ed.) *Arquivo de Textos Notariais em Português Antigo*, Oxford. Edição digitalizada.

**Foro Real** (1280?)

Ferreira, José de Azevedo (ed.) (1987) *Afonso X, Foro Real*, Lisboa, i.n.i.c., pp. 125-309.

**Tempos dos Preitos** (1280?)

Ferreira, José de Azevedo (ed.) in Roudil, Jean (1986) *Summa de los Neuve Tiempos de los Pleitos. Édition et étude d'une variation sur un thème*, Paris, Klincksieck, pp. 151-169.

**Dos Costumes de Santarém** (1294)

A partir de RODRIGUES, Maria Celeste Matias (1992) *Dos Costumes de Santarém*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, F.L.L., pp. 160-251.

#### Séculos XIII/XIV

**Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense** (cópias do século XV)

Castro, Ivo et alii (eds.) (1985) *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* (Cod. Alc. cclxvi / antt 2274), Lisboa, i.n.i.c., pp. 16-52; 59-83.

**Cantigas de Escárnio e Maldizer** (sem referência)

## **Século XIV**

**Cantigas de Escárnio e Maldizer** (sem referência)

**Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal** (1301-1399)

Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295.

**Textos Notariais** (sem data ou datados entre 1304 e 1397)

Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada.

**Textos Notariais** (sem data ou datados entre 1309 e 1336)

Parkinson, Stephen (ed.) *Arquivo de Textos Notariais em Português Antigo*, Oxford. Edição digitalizada.

**Dos Costumes de Santarém** (1340-1360)

A partir de RODRIGUES, Maria Celeste Matias (1992) *Dos Costumes de Santarém*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, F.L.L., pp. 160-251.

**Afonso X. Primeyra Partida** (ca. 1350)

FERREIRA, José Azevedo (1980) Alphonse X, *Primeyra Partida*, Braga, INIC, pp. 3-580.

**Crónica de Afonso X (manuscrito L) in Crónica Geral de Espanha de 1344** (sd)

A partir de CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, I.N.C.M.

**Crónica de Afonso X (manuscrito P) in Crónica Geral de Espanha de 1344** (sd)

A partir de CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, I.N.C.M.

**Crónica Geral de Espanha de 1344** (sd)

A partir de CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, I.N.C.M.

**Foros de Garvão** (sd)

Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, f.l.u.l., pp. 65-99.

## **Século XV**

**Demanda do Santo Graal** (sem referência)

**Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal** (1401-1497)

Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295

**Textos Notariais** (sem data ou datados entre 1402 e 1499)

Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada.

**Leal Conselheiro** (1437-38)

A partir de **PIEL, Joseph (ed. crít.) (1942) *Leal Conselheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand**. Edição digitalizada, revista por João Dionísio e Sandra Alvarez

**Castelo Perigoso** (sd)

A partir de NETO, João António Santana (ed.) (1997), *Duas Leituras do Tratado Ascético-Místico Castelo Perigoso*, Dissertação de Doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. Edição revista por Irene Nunes.

**Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela** (sd)

A partir de PIEL, Joseph (ed. crit.) (1944) *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa, Bertrand. Edição digitalizada, revista por João Dionísio.

**História dos Reis de Portugal in Crónica Geral de Espanha de 1344** (sd)

A partir de CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, I. N. C. M.

**Orto do Esposo** (sd)

A partir de MALER, Bertil (ed.) (1956), *Orto do Esposo*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro.

**Crónica do Conde D. Pedro de Meneses** (sd)

A partir de BROCARD, Maria Teresa (ed.) (1994) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, F.C.S.H., pp. 333-693.

## Século XVI

**Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal** (1502-1516)

Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295.

**Textos Notariais** (sem data ou datados entre 1504 e 1548)

Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada.

**Chronica dos Reis de Bisnaga** (sd)

A partir de LOPES, David (ed.) (1897) *Chronica dos Reis de Bisnaga*, Lisboa, Imprensa Nacional.

**Décadas** (1542)

A partir de COUTO, Diogo do - *Décadas* (seleção, prefácio e notas de António Baião). Vol 1. Lisboa, Livraria Sá da Costa - Editora, 1947.

**A vida de Frei Bertolameu dos Mártires** (1556)

A partir de SOUSA, Frei Luís de - *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires* (introdução de Aníbal Pinto de Castro; fixação do texto de Gladstone Chaves de Melo e Aníbal Pinto de Castro). Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

**Vida e Feitos d'el-Rey Dom João Segundo** (1533)

A partir de: Texto da Edição crítica preparada por Evelina Verdelho. CELGA, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2007.

## Anexo II

### Total de ocorrências das unidades corradicais nos documentos seleccionados

#### GOVERNO

Século	Documento	Indicação da Localização	Contexto
XIII	Afonso X - Foro Real	FR - L1,Cap5, F75v	p(er)a as eygrejas faz(er) e p(er)a as cruces faz(er) e p(er)a as uestime~tas e p(er)a os calezes e p(er)a os synos e p(er)a as lampadas e p(er)a os liuros e p(er)a sustentaço~ e gouernho dos bispos que preege~ a ffe e p(er)a os outros cl(er)igos
XIII	Afonso X - Foro Real	FR - L1,Cap5, F75v	E  assy como se sse alçar alguu~ ome~ que no~ era escomungado nen deuedado no~ seya soterrado ou sobre cousa q(ue) non possa guardar como subre uuas ante q(ue) o uinho seya feyto delas ou subre messes q(ue) seya~ de segar ou sobre outra cousa qual quer semellauil ou se for sobre dar gou(er)nho a menyos peq(ue)nhyos.
XIII	Afonso X - Foro Real	FR - L3, F103r	Septimo t(itulo) da guarda dos orpha~os e de seus aueres. Octauo t(itulo) do gou(er)nho dos orpha~os. Nono t(itulo) dos h(er)damentos da erança
XIII	Afonso X - Foro Real	FR - L3, C8 F112v	T(itulo) do gou(er)no dos orpha~os
XIV	Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1301 – 1399) HGP10	L012	por p(ar)te da d(i)ta sua madre Mayor P(er)es ata q(u)antia de dose l(i)br(a)s peq(ue)nas desta mon(eda) del Rey dom F(e)rna~do p(ar)a ma~teem(en)to ((L012)) & gou(er)no da d(i)ta Thareyia en este an(n)o et a venda q(ue) assy for feyta do d(i)to herdame~to & chantado q(ue) aa d(i)ta Thareyia p(er)te´e´çe

<b>Século</b>	<b>Documento</b>	<b>Indicação da Localização</b>	<b>Contexto</b>
XV	Orto do Esposo	L4, C67, F148r	E esto era o seu manjar e o seu ma~tiimento muy doce, em guisa que no~ auia mester outro gouerno <i>corporal</i> . E ally viueo e morreo a Amagdalena soo sem outra conpanhia seno~ a co~panhia dos sanctos angios.
XV	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses	L1, C44, p216	& bem como se faz amtre a bamda das aves myudas, que se acostuma~ ajumtar nos tempos frios pera hyre~ buscar seu gov(er)no as arvores frutyferas, que quamdo allgu~a das aves que vive~ de rrapina emtram amtr'ellas & as faze~ espalhar
XVI	Crónica dos Reis de Bisnaga	T4	e llogo alevantou ho principe por rey, temdo elle de sua ma~o ho thesouro e remdas e o gouerno da terra.
XVI	Crónica dos Reis de Bisnaga	T13	aqui esteve elrey allgu~us dias, depois de hordenadas as cousas que compria~o pera ho gouerno da cidade, e depois de repairados os muros, deixamdo a gente necessarya pera sua goarda, se foy caminho da cidade de Bisnaga
XVI	Crónica dos Reis de Bisnaga	T24	porque muytos achamos secas e amdarem na lama d elas, e fazerem covas d omde achava~o algu~a augoa, pouca augoa, pera seu gouerno, e por que ho falecimento d esta augoa he por na~o ter inverno
XVI	Crónica dos Reis de Bisnaga	T24	porque aynda que aija muitos bramines d elrey, sa~o os officiaes das villas e cidades e do gouerno d ellas, e outros sa~o mercadores, e outros vivem por seus be~es, e lavoyras, e frutos, que sa~o de suas heramças
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro oitavo, Capítulo XII, 33	Em fim, o gouerno destas Ilhas em seu principio, e ainda hoje, andou sempre, e anda nos descendentes daquele Principe Chin, que tanto vio a Ilha povoada, tomou titulo de Rei.
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro oitavo, Capítulo XII, 34	Um dêstes Imperadores (porque o gouerno de tamanho Império lhe dava trabalho) provêo aquela Ilha de dous Governadores, com nome de Cubos,

<b>Século</b>	<b>Documento</b>	<b>Indicação da Localização</b>	<b>Contexto</b>
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro oitavo, Capítulo XIII, 39	e de consentimento de todos os da serra lhe deo o governo dela.
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro nono, Capítulo VII, 94	começou de se embarcar, dando primeiro ordem a muitas cousas, deixando o governo entregue ao Bispo, e ao Capitão da Cidade, que era D. Garcia de Castro
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro nono, Capítulo IX, 111	e por seu testamenteiro, depositário de todo o seu tesouro, nomeou um Mouro, que era todo o seu governo, chamado Coge Cemaçadim, natural da Província Gilan
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro décimo, Capítulo X, 179	E assim ficaram as cousas por então, porque o que mais succedeo se conta na sexta Decada no governo de D. João de Castro, de cujo tempo são.
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro décimo, Capítulo XI, 181	A quarta de Santa Luzia, ordenando santas, e boas Constituições, assim pera as cousas que tocavam ao Culto Divino, como pera o bom governo de suas ovelhas.
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro décimo, Capítulo XI, 181	E pois por aqui acabamos esta quinta Decada, e o tempo do Governo de Martim Affonso de Sousa,
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro décimo, Capítulo XI, 183	Era muito prudente, e de grande conselho, e por isso foi sempre um dos principaes do d'ElRei, em quanto governou a Rainha D. Catarina por seu neto D. Sebastião, e algum tempo depois dele tomar o governo.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	10	um espelho de perfeição monástica; tal das portas afora, no governo de suas ovelhas, que todo prelado achará nele ~ua regra e modelo vivo de perfeito ministério pastoral.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	26	Esta foi a empresa que o Papa João XXII dizia que Deus dera à sagrada Ordem dos Pregadores, quando dela tirou juntos em um dia três religiosos, para se valer deles no governo da Igreja

<b>Século</b>	<b>Documento</b>	<b>Indicação da Localização</b>	<b>Contexto</b>
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	30	havia que quadrava bem com ~ua casa, que por todas as idades fora observantíssima, o governo de quem era espelho de observância.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	30	Só o eleito não sofria ser lembrado pera cuidados de governo.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	30	tomada licença do Ifante e do discípulo, se veio a Benfica, onde temperando o tormento do governo, que muito o cansava,
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	38	quem lhe ouviu dizer que pedia a Deus fizesse imortais os prelados de Portugal em todo o tempo de seu governo, por lhe não acontecer achar-se mais em semelhante conflito.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	39	Um pobre fradinho sem experiência, criado desde minino no deserto da Religião, como se havia [39 ] de buscar pera governo de tanto peso?
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	41	Obra digna que acontecesse no governo de quem era irmã de um Emperador, e tal, como foi Carlo V Máximo, de eterna memória.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	41	Quem vira esta prática cá polas aldeas dos governos menores, pois que nos grandes já ninguém roga nem se deixa rogar!
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	42	a quem se não sabe dar a conselho com o governo de um convento de gente santa e observantíssima,
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	43	pediu aos padres que fizessem eleição e o aliviassem do governo de ~ua Ordem que havia pouco ele mesmo acabara de fundar
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	60	Pera este fim fez grandes informações em Braga da vida e governo e modo de proceder de seus antecessores

<b>Século</b>	<b>Documento</b>	<b>Indicação da Localização</b>	<b>Contexto</b>
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	65	Como quem já não era seu nem vivia para si, assi, sem tomar dias pera descansar nem tratar doutras matérias, procurou o Arcebispo, em chegando, entender no bom governo da justiça eclesiástica e secular.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	69	Dado assento no governo eclesiástico conforme ao que pedia o tempo, applicou-se ao temporal de suas rendas e casa, em que despendeu poucas horas,
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	85	Com estas rezões, que todo prelado maior deve com atenção considerar, lembrando-se que em nenhum governo há ministro diligente, se o que é cabeça é descuidado ou pouco vigilante,
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	99	andava tão ocupado nas cousas espirituais, não lhe poderia ficar tempo, nem ainda memória, pera o governo das temporais;
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	111	e tinham sua honra por própria, assentassem todos três ~ua forma e ordem tal em sua vida e governo que, sem chegar a demasias, bastasse pera lhe grangear reverência, e autoridade, e estimação no povo.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	112	e isto pera me darem método no governo de república espiritual e cristã.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	115	Mas também sei que não posso errar, seguindo o farol de Paulo e se, todavia, inda contra isto há que dizer e Vossa Paternidade entende que tenho perdido o norte neste governo, não está longe o remédio:
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	121	Não tardou o Arcebispo em propor ao governo e magistrados da vila de Viana o que tinha tratado com o Provincial
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	122	Com este nome andou o lugar e mosteiro na Ordem e governo dos abades de S. Bento grandes tempos, até vir a mãos de comendatários clérigos, a quem os Reis o davam
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	130	todas as cidades, vilas e castelos do Reino, pera terem a cargo o governo militar, em ocasião de guerra, com Viana trocaram o estilo

<b>Século</b>	<b>Documento</b>	<b>Indicação da Localização</b>	<b>Contexto</b>
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	130	e assi o servem os oficiais que entram no governo da câmara e se comunica a todos.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	132	As mulheres não vivem em ociosidade, mas são daquele humor que a Escritura gaba na que chama forte, aplicadas ao governo de sua casa
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	132	a encaminhar as filhas a serem mulheres de casa e governo que, assi como em outras terras é ordinário, na tenra idade, mandá-las a casa das mestras com almofada e agulhas
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	134	que administra justiça na vila e termo, e preside no governo da câmara.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	135	querem dar um à conversação dos amigos; outro ao sono, e não só ao medicinal e necessário (como se quem tem ofício ou governo público não fora obrigado a vigiar tanto com os olhos como com o entendimento) e outro a outros passatempos;
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	142	nem no aparato de sua pessoa e casa, a maior dilação que teve na partida foi o cuidado de acertar na forma do governo que havia de deixar
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	162	contaram-lhe tantas excelências dela (como todo homem sabe dourar as cousas próprias ou da pátria), da grandeza, da fábrica e do governo e meneio dela, que o obrigaram a ir vê-la;
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	162	A parte principal de bom governo de portas a dentro é não haver hora de ociosidade.
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	166	e ia escrevendo muitas cartas ao seu governador e a todos os mais ministros do governo secular e eclesiástico,

## GOVERNANÇA

Século	Documento	Indicação da Localização	Contexto
XIV	Crónica de Afonso X (Ms P)	C5, F246v	Do~ Joha~ Afonso d' Albuquerque, neto del rey do~ Denys de Portugal, que era grande senhor e~ Castela, tiinha a governa~ça do reyno. E el rey se criaa principalme~te por seu conselho.
XV	Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela	L2, C2, F101r	E esto mede^s presta na governança, por que certo he que muyto mais de barato os que desto bem sabem e voontade tenham, governarõ m hu~a besta que outros mynguados de boo saber.
XV	Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela	L2, C2, F101r	E da maneira que se ha de teer na governança das bestas em vera~a~o e em inverno, e pera as poer em carne e governar em ella, e do conhecymento das doenças, criamento e enssyno em seendo novas, nom entendo fallar, por que he largamente scripto em algu~u~s livros d'alveitaria.
XV	Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela	L3-5, C15, F124r	e com trabalho e rompimento e aproveitamento dellas dam taaes fruitos de que principalmente em esta vyda avemos nossa governança.
XV	Castelo Perigoso	L2, C23, F19v	e nom se deve de rreteer em as cousas delle nem cobiiçar nem buscar rreq(ue)zas nem honrras nem outros viços tenporaes, mes tam sooment(e) a governança do corpo e teer senp(re) o coraçom a ssua t(e)rra e trigar~sse que cedo hi seja.
XV	Leal Conselheiro	T Índice, F4r	E nom sejam taaes como aquelles bichos que, leixando todas cousas limpas, nas mais [ç]ujas filham sua governança.
XV	Leal Conselheiro	T24, F26r	Do sobrepojamento dalgu~u~s humores que desgovernam o corpo, que a este poder de ssua governança perteence, convem reguardar, por que algu~as vezes vem por el a tristeza, mais nom sempre, porem errom muytos querendosse logo purgar ou sangrar como som tristes.

<b>Século</b>	<b>Documento</b>	<b>Indicação da Localização</b>	<b>Contexto</b>
XV	Leal Conselheiro	T24, F26v	E farom esto por que a voontade lhe ha grande afeiçom per todollos tres poderes, por quanto el sente do que perteence ao poderio de crecer grande mantiimento de ssua governança.
XV	Leal Conselheiro	T33, F35v	Segunda, por non aver algu~a voontade, como com fastio geeral ou special a muytos acontece, em que nom ha fallimento, salvo se veeo per seu aazo, maa governança, ou adiante pera se leyxar vencer
XV	Leal Conselheiro	T39, F40r	e os temperados be´vedos e sem boa governança, e os ardidos de fracos coraçõ~o~es, e os manssos e humyldosos sobervosos.
XV	Leal Conselheiro	T54, F58v	A rrazom terceira nom val, por que muytos conselhos som boos e de louvar specialmente, que ao bem geeral da governança do mundo trazeriam grande empecimento
XV	Leal Conselheiro	T81, F78v	Outra conssiiraçom me parece proveitosa pera a governança de nossos sen[t]idos nas cousas que veherem contra nosso prazer
XV	Leal Conselheiro	T20, F23r	E a temperança dos trabalhos e do entender, voontade e do corpo, pera boo regimento do prazer e boa desposiçom dam grande vantagem, por que toda governança sem esto nom muyto presta.
XV	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses	L1, C2, P008	Mas porque, aallem do que achei per es(cri)pto ((p008)) nas cartas que hos ofiçiaes que os rreis tinha~ naquella çidade pera governança dos moradores della
XV	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses	L1, C3, P014	((p014)) bem a bomdade do sangue que trazia do padre. & foy este comde dom Pedro o p(ri)meiro capita~o que ficou em Çepta, ne~ creo que ouve em toda Africa que a fee cr(ist)am mamtevesse depois da morte do comde dom Julia~o, duramdo em sua governança & sen(h)orio #XXII annos
XV	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses	L1, C7, P035	Dos mantimemtos & cousas que vos comprire~ pera vossa governança, eu vo-llos leyxarey amte que desta çidade parta

<b>Século</b>	<b>Documento</b>	<b>Indicação da Localização</b>	<b>Contexto</b>
XV	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses	L1, C7, P035	& daquy e~ dia~te vos proverey que, com a graça de D(eu)s, na~o vos falleça~o nenhu~as daquellas cousas que eu semtir que pera vossa governamça seram neçessarias.
XV	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses	L1, C8, P039	E esta neçessydade, conhecida por aquelle que todallas cousas conhece & sabe, lhe fez causa ((p039)) pera poer primçipes na terra, assy como rreis, & duques, & comdes, com todolos outros que pera bo~a governamça & rregimemto do mundo pertemçe~
XV	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses	L1, C62, P320	Mas ell rrey de Grada, que, aallem da desomrra que rreçebia daquella perda e~quamto hera mouro, semtia muyto o dapno que rreçebia, porque a sua p(ri)mçipall governamça toda hera daquelle rregno de Bellamarym
XV	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses	L2, C7, P441	E porque hera cousa çerta que casy cada dia hiam navios a Çepta com aquellas [bitalhas] & gemte que de neçessydade pera a governamça daquella çidade pertemçia
XV	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses	L2, C11, P479	porque a governamça ficava toda ymt(ei)rame~te a Rruy Gomez
XV	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses	L2, C35, P609	Dom D(ua)rte, allem da governamça da gemte de que tynha cuydado, elle mesmo feria per sua parte como vallemte caval(ei)ro, & tamto mais de vontade quamto se via capita~o de mais & de melhor ge~te.
XVI	Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo	299-301	E por consentimento d' el-rey seu pay deixou o regime <sup>nto</sup> e governança do reino aa princesa Dona Lianor sua molher
XVI	Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo	937-939	Em vida d' el-rey Dom Afonso sendo ainda el-rey principe, tinha ja a governança dos lugares dalem em Africa
XVI	Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo	1951-1952	E lhe foy dado por el-rey e a raynha a governança da justiça em sua corte,

<b>Século</b>	<b>Documento</b>	<b>Indicação da Localização</b>	<b>Contexto</b>
XVI	Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo	3009-3011	E por a confiança que tinha de sua bondade e bom saber lhe deu a governança da Casa do Cível de Lisboa, e elle foy o primeyro que teve titulo
XVI	Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo	3013-3015	E por falecimento do dito Dom Gonçallo seu pay, lhe fez el-rey merce da governança de Lisboa, e ho officio de veador da Fazenda deu a Dom Alvaro de Castro
XVI	Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo	3015-3018	E por fallecimento d' el-rey, el-rey Dom Manoel que sancta gloria aja fez com Dom Martinho que deyxasse a governança de Lisboa a Dom Alvaro e tornasse a ser veador da Fazenda,
XVI	Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo	6666-6668	Logo depoys da morte do principe, el-rei supricou ao Papa Inocencio polla governança e ministraçam dos mestrados de Santiago e d' Avis pera o senhor Dom Jorge seu filho.
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro oitavo, Capítulo IX, 06	despedio-se D. Estevão do Governador, e dali se embarcou pera Pangim, onde invernou, sem mais querer correr em amizade com Martim Affonso, que tanto que tomou posse da Governança, logo prevêo o cargo de Veador da Fazenda
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro oitavo, Capítulo IX, 07	acharam-se-lhe menos cincoenta mil pardãos do que tinha antes de entrar na Governança, e a mór parte deles gastou na jornada do Estreito,
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro oitavo, Capítulo XII, 32	É repartida esta Ilha grande em cincoenta e seis governanças.
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro oitavo, Capítulo XII, 32	A segunda Ilha, que está na ponta do rabo, chamada Ximo, é repartida em dez governanças, e estas por quatro Senhores a que chamam Jacatas.
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro oitavo, Capítulo XII, 32	O primeiro, e mais poderoso é o de Bungo, que tem estas governanças: Bunga, Fonga, Bugem, Chiqugem, e Chicungo.

<b>Século</b>	<b>Documento</b>	<b>Indicação da Localização</b>	<b>Contexto</b>
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro oitavo, Capítulo XII, 32	A terceira Ilha, que fica aos pés da grande, é a de Xicoco, dividida em quatro governanças, Tonca, Sanoqui, Ava, e Jionoconi.
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro nono, Capítulo I, 53	Tanto que o Governador Martim Affonso de Sousa tomou posse da governança da Índia, começou de entender nas cousas da justiça,
XVI	Décadas (1542)	Quinta década, livro nono, Capítulo IX, 106	que sucederia o mesmo Diogo da Silveira na governança, sendo porém D. Estevão embarcado pera o Reino;
XVI	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	121	despois de ouvirem a Fr. Henrique, juntos em câmara com todos os nobres da vila e gente da governança e povo, como é costume nos negóceos de importância e tocantes à república,

## GOVERNAMENTO

Século	Documento	Indicação da Localização	Contexto
XIV	Crónica Geral de Espanha	T183, F70c	Este rey Vetiza fez, enna igreja de Sam Pedro, que esta fora dos muros de Tolledo, con os bispos e altos homeens do reyno, hu~u~ concelho sobre o regimento e govername~to de seu reyno, pero que este concelho no~ he scripto enno livro dos degredos com os outros.
XIV	Crónica Geral de Espanha	T843, F313b	(313a) En Sevilha avya hu~a po~te sobre barcas muy ryjas e muy forteme~te travadas con cadeas de ferro muy grossas e ben ryjas (313b) per [onde] passavo~ a Tiriana e a todall[a]s outr[as partes] hu queryam hir; e per ally avyam gram governmento e acorro a seu cerco,

## GOVERNAÇÃO

Século	Documento	Indicação da Localização	Contexto
XV	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses	L1, C9, P042	emcomemdamdo-lhe os fidalgos que sou sua governaçã~o ficava~, que os tratasse com toda homrra & favor
XVI	Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo	210	De como o principe ficou em Portugal com a governaçam do reyno